



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO DISCURSO DE POSSE DO
PRESIDENTE LULA: ASPECTOS ARGUMENTATIVOS E
POLÍTICOS**

Marcelo Rodrigues dos Santos

TRÊS LAGOAS (MS)

2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO DISCURSO DE POSSE DO
PRESIDENTE LULA: ASPECTOS ARGUMENTATIVOS E
POLÍTICOS**

Marcelo Rodrigues dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Três Lagoas, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra.

TRÊS LAGOAS (MS)

2006

Marcelo Rodrigues dos Santos

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO DISCURSO DE POSSE DO
PRESIDENTE LULA: ASPECTOS ARGUMENTATIVOS E
POLÍTICOS**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dr^a. Silvane Aparecida de Freitas Martins

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Edgar César Nolasco dos Santos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

DEDICATÓRIA

A Deus que esteve no controle durante a realização da dissertação.

Aos brasileiros e brasileiras que votaram no presidente Luiz Inácio Lula da Silva e no Partido dos Trabalhadores, acreditando na “mudança” social.

AGRADECIMENTOS

Na tessitura dos fios discursivos da presente pesquisa, várias vozes dialogaram deixando interlocuções preciosas e singulares. Eis as mais significativas:

Prof^ª. Dr^ª. Vânia Maria Lescano Guerra, minha orientadora, pelos importantes ensinamentos, pela confiança na realização do trabalho em todas as suas fases, pela generosidade e disposição diante das dificuldades apresentadas e por saber transmitir lições de vida e de alegria.

Minha esposa Izabel e minhas filhas Penélope e Morgana, pelas minhas constantes ausências, pelo amor e incentivo incondicionais.

Prof. Dr. Edgar Cezar Nolasco e Prof^ª. Dr^ª. Marlene Durigan, pela forma criteriosa e pertinente com que analisaram o relatório encaminhado para o Exame de Qualificação, como também pelas sugestões e críticas, que redundaram em uma valiosa contribuição para esta pesquisa.

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas, interlocutor constante, que também contribuiu para fortalecer a minha decisão de enveredar pelos caminhos do discurso.

Professores do Programa de Mestrado em Letras do Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelos preciosos ensinamentos ao longo destes dois anos.

RESUMO

O objetivo da análise é buscar compreender a constituição da rede interdiscursiva que dá sustentação, força e legitimidade ao discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na medida em que estes discursos representam uma forte vertente produtora de sentidos de influência social na atualidade e, como tal, servem para direcionar opiniões e comportamentos. Salientamos que o nosso objetivo, então, não é o de criticar a linguagem, a história e o discurso do presidente Lula e a do Partido dos Trabalhadores, mas sim compreender, com o estudo, as estratégias político-social-cultural discursivas e históricas, elaboradas na tentativa de acabar com a fome do povo brasileiro, aliadas aos vários interdiscursos mencionados. Queremos ainda verificar as possibilidades de irrupção da discursividade política no Brasil, tomando por base a análise da idéia de discurso *fundador*, que nos remete à história do advento da república no Brasil, aqui percebemos a presença do interdiscurso da ideologia liberal francesa (política) e inglesa (política e econômica). No discurso analisado, verificamos, principalmente, a presença dos interdiscursos das ideologias: do Partido dos Trabalhadores, da classe trabalhadora, da elite esclarecida, da globalização e o da Igreja Católica, que se encontram presentes nessa materialidade lingüístico-discursiva, sendo também o alicerce dos efeitos de sentido construídos entre os interlocutores. Para defender nossa hipótese, tomamos por referência e linhas teóricas os escritos de autores da tradição francesa da AD.

ABSTRACT

The objective of the analysis is to search to understand the constitution of the interspeech net that gives sustentation, force and legitimacy to the speech of ownership of president Luiz Inácio Lula da Silva, in the measure where these represent one producing flowing fort of felt of social influence in the present time and, as such they serve to direct opinions and behaviors. We point out that our objective, then, it is not to criticize the language, the history and the speech of the president Lula and of the Party of the Workers, but to understand, with the study, the discursive and historical social cultural politics strategies, elaborated in the attempt to finish with the hunger it Brazilian people, allied to the mentioned interspeech. We still want to verify the possibilities of irruption of the politics discourse in Brazil, taking for base the analysis of the idea of founding speech, that in it sends the history to them of the advent of the republic in Brazil, where we perceive the presence of interspeech of the French liberal ideology (politics) and English (economic and politics). In the analyzed speech we verify, mainly, the presence of the interspeech of the ideologies: of the Party of the Workers, of the diligent classroom, of the clarified elite, of the globalization and of the Church the Catholic, that gifts in this linguistic-discursive materiality meet, being also the foundation of the constructed effect of direction between the interlocutors. To defend our hypothesis, we take for reference and theoretical lines the writings of authors of the french tradition of AD.

O que é uma nação? Ela supõe um passado; resume-se, porém, por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é um plebiscito cotidiano, como a existência do indivíduo é uma perpétua afirmação da vida (Renan, 1997, p.40).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	----

CAPÍTULO I

1.A CONSTITUIÇÃO DO CÓRPUS E QUESTÕES METODOLÓGICAS...	18
--	----

CAPÍTULO II

1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO.....	24
---	----

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DOS DISCURSOS POLÍTICOS LIBERAIS NO BRASIL E A “MUDANÇA” SOCIAL PROVOCADA POR ESTE ACONTECIMENTO.....	26
---	----

3. ASPECTOS CONTEXTUAIS DA DISPUTA PRESIDENCIAL DE 2002 E SUA EVOLUÇÃO.....	37
---	----

CAPÍTULO III

1. A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E SUA CONTRIBUIÇÃO ÀS TEORIAS DO DISCURSO.....	47
---	----

2. AS IDÉIAS DO FILÓSOFO MICHEL PÊCHEUX.....	51
--	----

3. A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE E A VISÃO DE MICHEL FOUCAULT.....	57
---	----

4. A DIALOGIA EM MICHEL BAKHTIN.....	62
--------------------------------------	----

5. AS TEORIAS DISCURSIVAS E A MATERIALIDADE LINGÜÍSTICA.66

5.1. PASSOS DO ENCADEAMENTO DO PROCESSO DISCURSIVO.66

CAPÍTULO IV

1. O SUJEITO DO DISCURSO E O PROCESSO IDENTITÁRIO.....79

2.INTERDISCURSOS E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS DE SENTIDO.....85

2.1. A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO PRONUNCIAMENTO DE POSSE.....85

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....101**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....107****ANEXO (DISCURSO DE POSSE DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - 2003)**

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a nossa opção pelo estudo do discurso político, à medida que este representa uma forte vertente produtora de sentidos de influência social na atualidade e, como tal, um direcionador de opiniões e comportamentos, elegemos o *pronunciamento de posse* do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como *corpus* do presente trabalho. Este discurso, extraído do Jornal “Folha de São Paulo”, ocorreu em 01 de janeiro de 2003.

Desde o início de nossos estudos sobre o discurso (político), como elemento da linguagem que pode ser trabalhado cientificamente, acreditávamos apenas na presença do interdiscurso da ideologia da globalização perpassando o *pronunciamento¹ de posse* do presidente Lula², como uma forma de dominação ideológica, o que enfraquecia a análise e entendimento do discurso estudado.

Com o passar do tempo e ampliação de nossas leituras sobre a Análise do Discurso de linha francesa (AD), pudemos melhor expressar nossas idéias e detalhar nossa compreensão sobre o discurso, encarado como um *terceiro elemento* da linguagem, diferente da língua e da fala (conceitos saussurianos), aplaudindo a visão de Cardoso (2003, p. 20).

O nosso objetivo, na realização desta análise sobre o discurso de posse do presidente Lula, é estudar, na construção argumentativa dessa materialidade lingüístico-discursiva³, sua relação com os vários interdiscursos que circulam no seio das sociedades e que, por meio da linguagem dominam os discursos criados pelos falantes.

No discurso analisado buscamos, principalmente, a presença dos interdiscursos das ideologias: do Partido dos Trabalhadores, da classe trabalhadora, da elite

¹ Pronunciamento aqui tomado como ato ou efeito de pronunciar-se ou insurgir-se coletivamente contra possíveis interlocutores, manifestando a opinião.

² O anexo encontra-se no final do trabalho, para conferência.

³ Materialidade Discursiva, segundo Foucault (1995), é o elemento lingüístico do próprio enunciado que por sua vez se estabelece a partir de uma substância, de um suporte, de um lugar e de uma data, portanto está intimamente ligado à História.

esclarecida, da globalização⁴ e o da Igreja Católica, que se encontram presentes nessa materialidade lingüístico-discursiva, sendo também o alicerce dos efeitos de sentido construídos entre os interlocutores. Para defender nossa hipótese, tomamos por referência e orientações teóricas os escritos de autores da tradição francesa de AD.

Esses estudiosos além da preocupação com a presença do sujeito no discurso e os efeitos de sentido⁵ presentes na materialidade discursiva, buscam elementos da exterioridade, que se harmonizam na argumentação discursiva, atribuindo importância para a análise e entendimentos sobre o discurso, diferenciando-se da tradição da Ciência da Linguagem que não considerava pertinentes para seus estudos elementos da exterioridade lingüística.

É válido comentar que, ao estudarmos o discurso político em questão, estaremos contribuindo para a reflexão da identidade do sujeito do discurso Lula e do povo brasileiro. A esse respeito, aplaudimos Hall quando afirma haver uma crise da noção de identidade e de sujeito constituída na modernidade - a idéia de um sujeito centrado, unificado e definido em termos de *locus* sócio-cultural se pulveriza. Segundo Hall,

uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade - se antes, estas identidades eram sólidas localizações nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje elas se encontram com fronteiras menos definidas que provocam no indivíduo uma crise de identidade (1999, p. 67).

O sujeito do Iluminismo, segundo o estudioso, "*estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação*" (Id.: op.cit., p. 10). Essa certeza, típica do

⁴ [De globalizar + -ção; ingl. globalization.] S. f. 1. Ato ou efeito de globalizar. 2. Econ. Processo típico da segunda metade do séc. XX que conduz a crescente integração das economias e das sociedades dos vários países, esp. no que toca à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações: As novas tecnologias de comunicação e de processamento de dados contribuíram enormemente para a globalização. (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1995, p. 324).

⁵ Efeitos de sentido, conforme Orlandi (1990, p. 43), "a noção de efeitos de sentido nos remete ao fato de que os sentidos são intervalares, eles se encontram nas relações: a) dos textos com suas condições de produção (aí incluídos o sujeito e a instituição); b) entre os diferentes textos; e c) do dizer com o que é dito".

período iluminista, na verdade não passa de uma construção discursiva que se legitima pela emergência e centralidade da ação política nos Estados-Nação. Assim, as identidades se articulam a partir do pertencimento a nações que subordinam as demais possibilidades de construção de subjetividades.

Para entendermos tais questões, articulamos um estudo sobre a importância do interdiscurso da ideologia da globalização na constituição do discurso de posse do presidente Lula, considerando a perspectiva apontada por Charaudeau e Maingueneau (2004) quando nos advertem que a *“afirmação do primado do interdiscurso exclui que se coloquem em contraste formações discursivas consideradas independentemente umas das outras”*. E que a *“identidade de um discurso é indissociável de sua emergência e (de) sua manutenção através do interdiscurso”* (p. 287).

Diante do exposto, cabe a pergunta: por que analisar o discurso de posse do presidente Lula e o enunciado-lema “Fome Zero” do interdiscurso da ideologia do Partido dos Trabalhadores? Por que não analisar os diferentes discursos: machista, racista, étnico, pedagógico, religioso etc., que se cristalizaram na história social e cultural brasileira criando todos os tipos de preconceitos (inclusive lingüísticos)? Porque acreditamos que todos os problemas sociais, culturais, econômicos, lingüísticos, estejam atrelados ao discurso político, ou seja, ele funda os demais discursos de uma sociedade estabelecendo as regras, como um discurso “sinalizador” na elaboração dos demais discursos sociais.

Salientamos que o nosso objetivo, então, não será o de criticar a linguagem, a história e o discurso do presidente Lula e a do Partido dos Trabalhadores, mas sim compreender, com o estudo, as estratégias político-social-cultural discursivas e históricas, elaboradas na tentativa de acabar com a fome do povo brasileiro, aliadas aos vários interdiscursos mencionados.

Queremos ainda verificar as possibilidades de irrupção da discursividade política no Brasil, tomando por base a análise da idéia de discurso *fundador*, que nos remete a história do advento da república no Brasil, onde percebemos a presença do interdiscurso da ideologia liberal francesa (política) e inglesa (política e econômica).

Vale dizer que as idéias liberais⁶, que formam a estrutura social do sistema capitalista burguês, tiveram suas origens no final do século XVIII, aliadas aos discursos de avanços tecnológicos e industriais, advindos das revoluções social e industrial da Inglaterra, como também a revoluções sociais ocorridas nos Estados Unidos (1789) e na França (1789 – 1790). Que por sua vez, foram influenciadas pelas idéias filosóficas empiristas (industrialização dos meios de produção da sociedade capitalista) de Locke, Hume, e da filosofia iluminista.

Tais influências tinham como lema a “Igualdade, liberdade e fraternidade”, principalmente, as dos pensadores franceses Rousseau, Voltaire, Diderot etc. Esses discursos de ascensão liberal da burguesia capitalista ramificaram-se pelo mundo, mas só atingiram o Brasil no final do século XIX, quando os filhos de nossa elite oligárquica dirigem-se à Europa a fim de conhecer a cultura dos povos civilizados.

Enquanto no final do século XIX a Europa já conhecia a revolta da classe trabalhadora diante dos desajustes sociais do sistema capitalista, que se apoiavam nos discursos marxistas para exigir os seus direitos de liberdade, igualdade e fraternidade (criando aquilo que se chama social-democracia), no Brasil iniciávamos o processo de proclamação da república, apoiado, principalmente, em ideais da filosofia positivista francesa.

Convém destacar que os discursos liberais, no Brasil, têm sua ocorrência a partir do século XVIII, possivelmente com os pioneiros da Inconfidência Mineira, mas que o marco inicial desses discursos republicanos liberais, no Brasil, data de 15 de novembro de 1889 – a proclamação da República –, com a posse do presidente Marechal Deodoro da Fonseca (antigo monarquista e escravocrata). Inaugurando na História do Brasil a política capitalista liberal, de motivação embrionária de uma burguesia agrícola, comercial e pré-industrial, e, que, no nosso entender, funda os demais discursos que se cristalizaram sob essa ótica da política republicana liberal no Brasil.

⁶ [De liberal + -ismo.] S. m. 1.O conjunto de idéias e doutrinas que visam a assegurar a liberdade individual no campo da política, da moral, da religião, etc., dentro da sociedade. 2.Qualidade de liberal (5 e 6). 3.Liberalidade (1). Liberalismo econômico. Econ. 1.Doutrina que enfatiza a iniciativa individual, a concorrência entre agentes econômicos, e a ausência de interferência governamental, como princípios de organização econômica. Liberalismo político. 1.Doutrina que visa a estabelecer a liberdade política do indivíduo em relação ao Estado e preconiza oportunidades iguais para todos. (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1995, p.393).

Olhando aquele momento da História, é possível verificar a presença, principalmente, na nossa perspectiva, das idéias ligadas à ideologia do liberalismo inglês e francês, que pregavam sobre a ampliação dos mercados consumidores, num sistema republicano liberal, e exigiam o fim dos regimes escravocratas para a transformação de uma classe trabalhadora assalariada e consumidora.

Mobilizando a memória, buscamos na História indícios de que os discursos políticos que se cristalizaram no seio da sociedade brasileira apenas repetiram, sistematicamente, aquelas antigas virtudes de nossos liberais (ex-monarquistas) positivistas com suas regras científicas e sociais, inaugurando sentidos lingüisticamente alicerçados sobre o ajuste da sociedade em termos políticos e econômicos.

Diante disso, podemos afirmar que os discursos republicanos positivistas estavam em conformidade com a estrutura social, exercendo importante controle sobre a população por meio de regras punitivas para que ocorresse a adaptação à nova estrutura que se instauraria na sociedade brasileira.

Acreditamos que esses discursos perderam suas amarras com o fim do período militar (1964 – 1985) e o recomeço da democracia com o presidente Tancredo Neves (1985) que, em sua plataforma governamental, aliava politicamente os partidos PMDB e PDS, formando a Frente Liberal, momento no qual a sociedade brasileira redescobre a importância da participação política, reivindicando seus direitos enquanto cidadãos, (re)instaurando os sentidos dos discursos políticos no Brasil.

Com a morte de Tancredo, assume o vice José Sarney, terminando o mandato com um governo instável e com descontrole inflacionário. Em seguida, Fernando Collor, tendo um governo cassado por aparente corrupção e com desajuste social, perde o cargo e novamente quem assume é o vice-presidente Itamar Franco. Apoiado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique, iniciando um discurso “social-democrata”, que continha enunciados sobre o controle da economia e da inflação, aceitando e iniciando o processo de adaptação à nova estrutura já apoiada, no interdiscurso da ideologia da globalização.

Consideramos que o grande salto da nossa sociedade brasileira ocorrerá com o mandato do ex-presidente “social-democrata” Fernando Henrique Cardoso, criando os

discursos políticos de uma nova fase de ajustes sociais, econômicos e lingüísticos ao interdiscurso da ideologia da globalização, repercutindo suas propostas no atual cenário discursivo representado nos enunciados utilizados pelo sujeito-presidente Lula em seu discurso de posse.

A partir dos enunciados do discurso em questão, consideramos que, se o governo atende às exigências da era da globalização, se nos comprometemos econômica e socialmente com o discurso dos bancos internacionais (o FMI), como pensar num discurso de esquerda, e mais ainda, um discurso de esquerda de base teórica marxista (teoria sociológico/filosófica que prevê a ascensão social da Classe Trabalhadora com o fim da sociedade capitalista)?

Nossa questão perpassa pela hipótese de que tal discurso socialista/marxista, presente na materialidade lingüística do discurso do nosso atual presidente, traz algumas complexidades, efeitos de sentido importantes e contraditórios, se considerarmos o fato de que essa materialidade histórica diz respeito, diretamente, aos aspectos pessoais do presidente Lula. Isso porque encontramos aspectos discursivos e políticos contraditórios, que trazem *formações discursivas* diferentes das articuladas pelo discurso da ideologia da globalização, tais como de ex-metalúrgico, sindicalista, ex-deputado federal de oposição, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, engajado politicamente com os setores menos privilegiados da sociedade brasileira, os trabalhadores, os sem-terras, os sem-tetos, os miseráveis, esquecidos em favelas, os índios, os negros e as mulheres.

Um dos aspectos em que podemos constatar o que afirmamos é a presença marcante do interdiscurso da ideologia da globalização, quando o presidente Lula defende, principalmente, a liberdade de mercado, para possível ampliação do mercado consumidor do Brasil no cenário econômico mundial.

Nesta pesquisa, então, torna-se relevante analisar a presença da alteridade no discurso de posse do locutor Lula, pois assim podemos pensar: será que o presidente Lula, para assumir o poder, não teve que se esquecer de seus compromissos com a Classe Trabalhadora no Brasil, mudando seu visual (imagem), sua linguagem e sua postura, diante da problemática em que se encontrava engajado?

Será que o Lula revolucionário, barbudo, cabeludo, socialista, desapareceu totalmente, aliando-se às exigências de uma burguesia brasileira faminta e carente de mais poder/saber? Ou entender que ele assim o faz para atender às exigências da mídia brasileira, e defender os interesses ideológicos de nossa elite esclarecida que coloca no poder os que se adaptam melhor às necessidades da burguesia dominante no Brasil?

Diante do exposto, estamos preocupados em apresentar a relação existente entre o ideológico, o político e a linguagem no seio da sociedade brasileira, ou seja, analisar as relações interdiscursivas que se apoderaram do discurso político intradiscursivamente, buscando elementos históricos para ressaltar nossas considerações sobre os efeitos de sentido produzidos pelo discurso de posse do presidente Lula, que carrega o enunciado *ritual* desse discurso: “Fome Zero”.

É possível verificar que os discursos políticos atuais no Brasil querem passar a idéia de que vivermos num país social-democrata, daí a importância do discurso de posse e do enunciado-lema “Fome Zero”. Entender como esses aspectos históricos, lingüísticos/discursivos se materializam na nossa sociedade e no discurso de posse do presidente Lula, constitui tarefa importante para o analista de discurso.

Após essas considerações introdutórias destacamos apenas que dividimos o trabalho em quatro capítulos além da conclusão. No capítulo primeiro, tecemos comentários sobre a metodologia adotada para a análise do discurso de posse. Em seguida, no capítulo segundo, tratamos das condições de produção dos discursos políticos liberais no Brasil, destacando a memória histórica discursiva da influência da ideologia liberal nos discursos políticos. O capítulo terceiro é dedicado a explanação sobre a teoria da AD francesa que dá sustentação às nossas hipóteses de trabalho. A análise do discurso de posse do presidente Lula ocorre no capítulo quarto, onde destacamos o processo identitário e a força dos interdiscursos da ideologia liberal na materialidade desse discurso político. E, por último, a conclusão, onde reafirmamos nossas indagações sobre o processo identitário e a rede interdiscursiva analisados no discurso de posse do presidente Lula.

Esperamos mostrar ao leitor que o nosso objetivo na análise do discurso de posse é o de verificar a presença dos discursos que fundam os discursos políticos, além dos interdiscursos e suas ideologias no interior do discurso político e os aspectos

discursivos que ajudam a dar sustentação e validade às suas propostas. Passando agora a justificar e explicitar os motivos que nos levaram a escolher esse “corpus”, apresentamos a seguir os critérios metodológicos de análise para atingir o objetivo que pretendemos com o trabalho.

CAPÍTULO I

1. A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Nossa pesquisa do cenário de representação da política será analisada em conjunto com o contexto político, econômico, social e cultural, tão imprescindíveis para compor um conjunto de informações necessárias para uma análise das relações de força na sociedade. Tal conjunto constitui uma importante ferramenta para aumentar a capacidade de previsão, no sentido gramsciano, de ver bem o presente e o passado em movimento, distinguindo seus elementos e o potencial de intervenção das vontades políticas na realidade (GRAMSCI, 1978). Para tanto anunciamos alguns aspectos metodológicos.

Concordamos com Fiorin quando fala sobre o que seria metodologia para a AD, entendida como *“uma seqüência de operações que visam a obter um resultado adequado às exigências da teoria”* (1990, p.175).

Seguindo essa orientação a pesquisa se baseará na análise do discurso de posse do presidente Lula, objetivando detectar pontos onde transpareçam as posturas políticas que dizem respeito à presença dos interdiscursos que se materializam nesse discurso, e os efeitos de sentido relacionados ao regime político, ao modelo econômico, e finalmente, à sociedade brasileira. Para tanto, mobilizaremos o recorte, seguindo a visão de Orlandi, que é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação. Tais recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um espaço menos imediato, mas também de interlocução, que é o da ideologia. Assim, *“o texto é o todo em que se organizam os recortes”* (1986, p. 139).

A pesquisa proposta constitui-se em um estudo teórico sobre a presença dos vários interdiscursos que estão atrelados ao discurso político do presidente Lula, concentrando nossa análise no discurso de posse, proferido do dia 1º de janeiro de 2003, e do enunciado “Fome Zero”, que diz respeito às suas estratégias para as atividades político-sociais, enquanto chefe de governo. Seu relacionamento com a sociedade brasileira, sua atividade pessoal como ex-sindicalista, ex-presos político, ex-deputado

federal, ex-presidente do PT etc. enquanto memória discursiva serão objetos do nosso estudo.

O discurso analisado possui 3.927 palavras, com 20.713 caracteres (sem espaço) e 24.603 caracteres (com espaço), distribuídos em 35 parágrafos.

Dividimos nossa análise em duas frentes que acreditamos tratar da presença interdiscursiva de forma *implícita* e de forma *explícita* (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004, p. 286) sobre o discurso de posse em questão.

De forma implícita, apoiamo-nos no fio discursivo da História que nos conduz ao discurso fundador dos discursos político-liberal-republicanos e capitalistas, que se cristalizaram no seio da sociedade brasileira. A partir do enunciado “Ordem e Progresso”, descreveremos possíveis interdiscursos da ideologia do liberalismo inglês (econômico) e francês (político), no final do século XIX, presentes nesse discurso fundador, materializado no dia 15 de novembro de 1889.

E de forma explícita, baseamo-nos na análise do discurso de posse do sujeito-presidente Lula e do enunciado “Fome Zero”. Assim, no estudo da materialidade lingüística, evidenciaremos os enunciados que representarão para nós a presença e a entrada dos interdiscursos que dão sustentação argumentativa e validade (produzindo efeitos de verdade) ao discurso analisado.

De acordo com Cardoso (2003, p. 38), ao analisar os discursos, é preciso delimitar as suas condições de produção, que seriam a descrição de certos elementos indispensáveis que destacamos e agrupamos a seguir:

- 1) **Locutor** ou sujeito do discurso: o presidente Lula (grifos nossos).
- 2) **Alocutários** ou interlocutores:
 - a) interdiscurso da ideologia da globalização e suas ramificações;
 - b) interdiscurso da ideologia do povo brasileiro: Classes A, B, C, e os “sem-empregos”.
 - c) Interdiscurso da ideologia da Igreja Católica no Brasil.
 - d) Interdiscurso da ideologia do partido dos trabalhadores.

- 3) **Referente:** A fome do povo brasileiro e a solução por meio do projeto governamental “Fome Zero”.
- 4) **Forma de dizer:** Conclamando o povo para lutar contra esse mal.
- 5) **Contexto em sentido estrito:** situação de miserabilidade em que vivem cerca de “44 milhões de brasileiros/brasileiras ameaçados pela fome” (informação retirada do site oficial do governo na Internet sobre o projeto “Fome Zero”).
- 6) **Contexto em sentido lato:** imposição econômica do interdiscurso da ideologia da globalização, que, no nosso entender, decide os dizeres da atualidade.

Acreditamos na presença marcante de dois possíveis interdiscursos que qualificamos como principais (talvez os mais importantes do discurso) que se manifestam de forma implícita: o discurso fundador – “Ordem e Progresso”, e explícita: o interdiscurso da ideologia da globalização, (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004) no discurso de posse do presidente Lula, e que incidem sobre a presença dos vários interdiscursos secundários que perpassam o discurso de posse do sujeito-presidente Lula, a saber:

1) *Interdiscurso fundador* de 15 de novembro de 1889, que se encontra de forma implícita no discurso analisado, apontando o início da república moderna capitalista no Brasil, que, por sua vez, remete-nos ao discurso da ideologia do liberalismo inglês e francês, superpotências econômicas e políticas do século XIX e início do XX, que ditavam as regras do que poderia ser dito, ou do que estava na ordem dos discursos liberais capitalistas.

2) *interdiscurso da ideologia da globalização* que se encontra de forma explícita no discurso de posse do presidente Lula, direcionando os dizeres desse sujeito do discurso (por direito, eleito democraticamente pelo povo brasileiro).

Analisamos, também, a presença de interdiscursos que consideramos secundários, os quais manifestam na materialidade do discurso de posse do sujeito presidente Lula, memória discursiva da formação do interdiscurso da política liberal no:

- a) Brasil Colônia: interdiscurso do liberalismo inglês e francês;

- b) Inconfidência Mineira: interdiscurso do liberalismo político francês;
- c) Brasil Império: interdiscurso do liberalismo econômico inglês;
- d) Processo de abolição e fim do tráfico negreiro: interdiscurso da ideologia do liberalismo econômico inglês;
- e) Brasil República até os dias atuais: interdiscurso da ideologia do liberalismo inglês e francês (séculos XIX e início do XX), interdiscursos das ideologias do Partido dos Trabalhadores, da classe trabalhadora, da elite esclarecida, da globalização e o da Igreja Católica (séculos XX e XXI).

Sobre o sujeito do discurso de posse, o presidente Lula, indagamos sobre a identidade desse sujeito/locutor, dentro da perspectiva teórica da AD, locutor que ocupa lugar no discurso e que pode ser representado por vários enunciadores, a partir dos interdiscursos que se apresentam.

Diante do exposto, convém ressaltar que temos por meta apontar as estratégias discursivas, orientadas pela presença do interdiscurso da ideologia da globalização, dos discursos neoliberais que circulavam anteriormente à tomada de poder pelo Partido dos Trabalhadores, e exterior à problemática social que envolve todos os brasileiros, pois na perspectiva que nos apoiamos, o locutor Lula é interpelado pelas ideologias que o caracterizam enquanto sujeito.

Assim, este trabalho tentará contribuir para a reflexão sobre o pronunciamento político como material argumentativo, político e ideológico em que a AD e seus pressupostos fornecem os subsídios teóricos para a meta a ser alcançada.

Como procedimento metodológico, enumeramos, ainda, o texto em parágrafos, onde se busca reconhecer as diferentes representações do sujeito no pronunciamento, por meio do exame de algumas marcas discursivas que trazem as várias presenças do Outro, bem como de alguns efeitos de sentido instaurados pelos argumentos analisados.

Portanto, ao desenvolvermos este estudo, que vem articular a influência dos interdiscursos e de suas ideologias presentes na materialidade discursiva do pronunciamento de posse do presidente Lula, à luz das teorias da AD, mobilizamos as condições de produção do discurso a fim de entendermos essa materialidade em pauta, a partir da presença marcante do interdiscurso da ideologia da globalização. Vale salientar que, com o fim da Guerra Fria, essa ideologia reformulou o mundo, instaurando o

capitalismo em todas as partes do planeta, (re)inaugurando os dizeres da nova época histórica em que nos encontramos.

É perceptível, nessa postura, a relevância do social e do simbólico no processo de produção do discurso, não sendo possível conceber um estudo dessa natureza sem considerar as relações entre o plano institucional, discursivo, contextual e ideológico. Na base dessas relações está a própria produção do discurso que implica o sujeito e a situação (contexto), enquanto o ideológico diz respeito à produção de sentidos e à interpretação que têm lugar em uma *formação discursiva*.

Temos em mente que a nossa opção teórico-metodológica levou-nos a eleger a AD de linha francesa pelo fato de que ela demanda o estabelecimento de uma noção de discurso que considera o político e o ideológico na sua construção. Daí pensar, também, o sujeito como agente de uma discursividade que não nasce com ele, mas que encontra nele um elemento catalisador de seus elementos constitutivos. Portanto, as relações entre *formação discursiva e formação ideológica* é que irão oferecer as possibilidades de esse sujeito construir seu discurso em função do contexto no qual se encontra.

Essa opção parece-nos adequada, pois trabalhamos no espaço do discurso oficial e procuramos perceber os efeitos de sentido, que se produzem na construção identitária, e uma memória oficial para esta Instituição.

Também as relações entre memória e identidade são apresentadas nos aspectos que maior importância possuem para este estudo. Assim, apontamos para as possibilidades de trabalho manipulativo na construção de projetos identitários e de memória no âmbito institucional, quando estão em jogo as relações de poder.

Ao estudarmos o discurso oficial/político, destacamos também a necessidade da consolidação de uma identidade que garanta a continuidade de um grupo e constituição de uma memória que seja o espaço adequado para a cristalização das significações que se quer preservar e perpetuar. Nesse processo, a manipulação apresenta-se no trabalho seletivo, que se opera, para determinar o que fica e o que se apaga na constituição da memória oficial. No entanto, mostramos que as memórias que não são eleitas na constituição desse quadro não morrem, subsistem nos subterrâneos como torrentes que esperam o momento propício para emergirem. Assim, o que hoje constitui elemento

essencial de uma memória cuidadosamente construída amanhã pode ser relegada ao esquecimento e ser substituída por uma outra memória, que então emerge e encontra seu lugar.

Passamos agora a tecer comentários sobre as condições de produção do discurso analisado.

CAPÍTULO II

1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Para contemplarmos esta etapa, verificou-se o objeto específico da AD - o discurso -, considerado por Coracini (1991, p. 337) como “*o processo em que o lingüístico e o social se articulam, objeto ao mesmo tempo social e histórico onde se confrontam sujeito e sistema*”. Essa definição contempla a materialidade discursiva vinculada às suas condições de produção partindo da noção de um sujeito heterogêneo, múltiplo, determinado pela ideologia, ao mesmo tempo em que, segundo Orlandi (1986, p. 118-119), o sujeito tem a ilusão de ser o “criador onipotente de seu discurso”.

Pensando na *formação discursiva* do locutor Lula e na idéia de “discurso fundador” do trabalho de Orlandi (2001b), passamos a verificar histórica (ideológica) e linguisticamente que esse locutor não foi o primeiro e nem será o último, a utilizar o discurso da “mudança” (social, econômica, política, etc.) de perspectiva de vida. No caso específico desse discurso que ora analisamos: acabar com a “fome” do povo brasileiro.

De acordo com Baronas (2005), devemos analisar o momento de irrupção dos acontecimentos discursivos, para verificar as regras que governam e regulam as enunciações nos discursos, ou seja, as formações discursivas e, dessa forma, podermos perceber o sentido dos enunciados.

Para o autor, podemos entender *formação discursiva*, conceito crucial em nossa análise, como trabalhado por Foucault, que considera a Formação Discursiva (FD), como regras e dispersão do discurso, onde o conjunto dos enunciados não se reduz a objetos lingüísticos, mas possui a mesma regularidade e dispersão, na forma de uma ideologia, teoria, ciência.

Esse conceito, que depois é reformulado por Pêcheux, Baronas encara como *aquilo que pode e deve ser dito, numa posição determinada pela conjuntura social*, considerado como o gênero próprio do discurso, no nosso caso, o gênero de discurso político e as regras que lhe são próprias.

A análise das condições de produção de irrupção da Formação Discursiva do sujeito Lula, leva-nos a pensar sobre os “discursos fundadores” dos discursos políticos no Brasil. Essas regras próprias aos discursos políticos atuais neoliberais começam a se

cristalizar na sociedade brasileira a partir do século XVIII, quando notamos o aparecimento do discurso da ideologia liberal burguesa francesa e inglesa.

A partir da idéia de interdiscurso, que tem como resultado a postulação do primado da alteridade, o sujeito da AD vai tornar-se um sujeito atravessado pelo inconsciente. Segundo Charaudeau e Maingueneau, o interdiscurso pertence “*ao conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita*” (2004, p. 286). Assim, para a análise, consideramos, primeiramente, as condições de produção do discurso relacionadas à História, os discursos fundadores (cf. ORLANDI, 2001b).

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DOS DISCURSOS POLÍTICOS LIBERAIS NO BRASIL E A “MUDANÇA” SOCIAL PROVOCADA POR ESTE ACONTECIMENTO

Neste item, buscamos compreender a influência dos discursos fundadores do liberalismo brasileiro, que está presente na materialidade do discurso analisado, como segue: “Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico” (Parágrafo 4).

Esse enunciado supracitado remete-nos à memória discursiva do “Terra à vista” que, de acordo com Orlandi (1990), seria o enunciado inaugural do Brasil: o que nos auxiliará a desvendar a construção dos efeitos de sentido, criados na discursividade política no Brasil.

A nossa análise sobre o discurso de posse do presidente Lula remete-nos ao pensamento de Orlandi o qual considera que o “jogo de FDs remete o texto à sua exterioridade, isto é, à relação com o interdiscurso, com o Outro. O que chamamos interdiscurso é definido justamente como o complexo de FDs à dominante. Ele representa o domínio do “saber”, da memória da FD” (1990, p. 39).

Mobilizaremos o construto de memória discursiva, presente na Formação Discursiva do sujeito Lula, para explicar que o interdiscurso da ideologia da globalização sobressalente, em nosso entendimento, no discurso político analisado, possui uma história cristalizada no seio da sociedade brasileira. Para tal, a partir de agora, seguiremos o fio condutor desse discurso por meio de pistas presentes em sua materialidade. Para isso, faremos uma análise das origens do paradigma liberal no Brasil a partir do século XVIII, pois, assim, compreenderemos como foi se articulando o discurso sobre a “mudança” na discursividade política no Brasil.

A análise da materialidade do discurso de posse inicia-se com o item lexical “mudança”, em que o sujeito do discurso, dialogando e respondendo ao interlocutor “povo brasileiro”, mostra-se sensível à idéia de que o brasileiro estava incomodado com o descaso dos nossos dirigentes políticos, com a situação calamitosa que vivenciamos no Brasil, e que era preciso “mudar”.

Quando analisamos o termo “mudança”, que inicia o discurso do locutor Lula, não é possível esquecermos da influência do pensamento liberal na política brasileira, representado ideologicamente pelos discursos dos filósofos do final do século XVII, na Inglaterra e França, mas, principalmente, pelos pensadores iluministas (início do XVIII). Esse pensamento, possivelmente, já estava presente na materialidade discursiva política no Brasil durante esses séculos, devido à influência estrangeira na região.

Em nossa análise, essa materialidade lingüística, que vem nos apontar a direção argumentativa que o locutor Lula quer imprimir ao seu discurso, remete-nos à memória discursiva em que podemos perceber a entrada do discurso liberal que “evoluiu” historicamente para o discurso neoliberal (atual discurso da ideologia da globalização) dominante no Brasil e no mundo, na nossa perspectiva.

Poderíamos pensar nesse movimento discursivo de liberdade da nação brasileira desde o início das descobertas, quando os portugueses queriam fugir da influência da exploração e da dominação do pensamento cristão, talvez nas naus portuguesas, ou dos indígenas fugindo, por sua vez, da dominação portuguesa. Destacamos aqui a “Inconfidência Mineira” e o seu lema: “Libertas quae sera tamen” (liberdade ainda que tardia), em que a materialidade histórico-lingüístico-discursiva desse acontecimento social, influenciado pelo interdiscurso da ideologia liberal (século XVIII, França, Inglaterra e E.U.A.), começa a produzir os efeitos de sentido sobre a “mudança” social, a partir dos discursos políticos vigentes.

Encontramos indícios do aparecimento do discurso liberal na história do Brasil, durante o movimento social revolucionário que foi a Inconfidência Mineira, precursora desse ideal, que teve como um de seus idealizadores o patrono da república no Brasil, o alferes Tiradentes. Anteriormente a esse acontecimento histórico, outras rebeliões do povo brasileiro já demonstravam o aparecimento do discurso liberal no Brasil, como a “rebelião econômica, a chamada Revolta da Vila Rica, que estourou em 1720. Tendo sido uma antecipação da Inconfidência Mineira” (PILETTI, 2002, p. 82), a “mudança” que este acontecimento provocaria na sociedade brasileira foi bastante significativa, assim como esse processo de materialização do discurso da ideologia liberal, com a advinda da “Guerra dos Mascates”, que acontecera no Brasil *dez anos antes da Revolta da Vila Rica e 79 anos antes da Inconfidência Mineira*, (propiciada pela presença marcante de estrangeiros devido às intensas transações comerciais nestas regiões).

Em nossa perspectiva de análise, a “mudança”, transformação para a sociedade liberal, passa a ser articulada nos discursos brasileiros, com o advento da Inconfidência

Mineira, quando os historiadores nos atentam para as modificações ocorridas na personalidade de Tiradentes que em “1787, desgostoso com sua situação, pediu licença da tropa e mudou-se para o Rio, onde voltou a trabalhar como dentista e onde conheceu José Alvarez Maciel, que o influenciou com idéias republicanas e separatistas” (op. cit., p.87).

A produção dos discursos políticos, atrelados ao discurso da ideologia liberal no Brasil, tem seu alicerce assentado nos discursos históricos sobre a Inconfidência Mineira, e, mesmo que Tiradentes não tenha sido o personagem mais importante desse movimento social, a sua morte passa a representar o fato mais importante da materialidade histórica desse discurso liberal no Brasil, como fica claro um século depois com o advento da República, pois este “seria transformado no grande símbolo da República – independentemente do papel que tivesse desempenhado na Inconfidência” (op. cit., p. 88).

Existem dois tipos principais do modelo liberal; o primeiro, em que incluímos os E.U.A e a França, que está relacionado à mudança político/social, em que saímos do antigo modelo monárquico para criar a república. Cabe salientar que, na França, esse movimento foi interrompido, com a ascensão de Napoleão no poder que entra como republicano liberal mas sucumbe ao antigo modelo monárquico, consagrando-se Imperador da França, cujo objetivo era dominar o mundo.

Do outro lado do discurso da ideologia do liberalismo, encontramos a Inglaterra⁷, que, mesmo possuindo um reino, desenvolve o liberalismo econômico, atrelado ao desenvolvimento tecnológico científico da nova sociedade capitalista industrializada. O que podemos verificar é que os efeitos de sentidos sobre o termo “mudança” começam a se materializar no Brasil, o discurso liberal começa a modificar as estruturas do período colonial e, em menos de 30 anos, o povo brasileiro vibraria com a sua independência, após 300 anos de dominação portuguesa, criando os discursos da independência política do Brasil.

Com o fim do movimento liberal, conhecido como Inconfidência Mineira e com a chegada da família imperial portuguesa ao Brasil, em 1808 (que estava fugindo da dominação francesa), o discurso do liberalismo econômico marca os discursos políticos

⁷ De acordo com o historiador Nelson Pilletti (2002), a Inglaterra foi a primeira a experimentar uma revolução liberal do capitalismo, pois, a “partir de 1642, os conflitos entre o Parlamento e o rei se intensificaram, dando origem a uma guerra civil: a *Revolução Puritana*. Liderados pelo calvinista Oliver Cromwell, os revolucionários derrotaram e, em 1649, decapitaram o rei Carlos I. Era a primeira vez que isso ocorria na Europa. Cromwell assumiu o poder e governou de 1649 a 1658. Em 1653, recebeu o título de *Lorde Protetor* e passou a governar de forma quase absoluta” (p. 52).

da sociedade brasileira. Por sua vez, Portugal, nesse período, estava vinculado economicamente à Inglaterra, que impulsionava o discurso do liberalismo industrial capitalista burguês, independente do sistema político. Então, acreditamos que, nesse período, as idéias liberais se alastraram pelo Brasil, impulsionado pelo sistema de regras econômicas da ideologia liberal, como fica evidente na passagem:

Seis dias depois de desembarcar no Brasil, D. João VI assinou um decreto, em 28 de janeiro de 1808, abrindo os portos do Brasil “a todas as nações amigas”. O decreto foi uma sugestão de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, discípulo baiano das idéias de Adam Smith, que “adaptara” o liberalismo econômico aos moldes de uma sociedade escravocrata, substituindo “liberdade de mercado” por “liberdade de câmbio”. Autor de mais de 70 livros, Cairu defendia o liberalismo econômico mas não o político (PILETTI, 2002, p. 89).

É possível notar como a ideologia liberal dita as regras da política econômica durante o governo de D. João VI, sendo que este, além de abrir os portos do Brasil ao mundo, permitiu também a construção de indústrias, fortaleceu o exército e remodelou o Rio de Janeiro, deixando de lado a antiga tradição de afastar o Brasil dos olhares estrangeiros, devido a ameaças constantes de invasão durante quase todo o período colonial. Termina seu trabalho fazendo um “teatro, a biblioteca pública e a tipografia real, cuja primeira publicação foi “A Riqueza das Nações” de Adam Smith” (op.cit., p. 96), influência do liberalismo econômico. Ou seja, a materialidade discursiva da palavra “mudança” está fortemente enraizada nos discursos brasileiros e na história do povo brasileiro: era preciso mudar, independentemente do sistema econômico e político, pois estávamos vivenciando um tipo de sistema mercantilista⁸ “pré-capitalista”.

Vale afirmar que o discurso da ideologia liberal também está presente no período monárquico no Brasil. Com o advento da independência brasileira do reino português e a proclamação do imperador do Brasil, D. Pedro I, o discurso da ideologia liberal (aquele

⁸ [De mercantil + ismo.] S. m. 1. Tendência para subordinar tudo ao comércio, ao interesse, ao lucro, ao ganho. 2. Predominância do interesse ou do espírito mercantil. 3. Econ. Doutrina econômica, em voga no século XVII, que enfatizava a importância do comércio exterior para a economia de um país, e que defendia a ação do Estado em favor da expansão das exportações e de seu monopólio por companhias de comércio, e da restrição às importações. [Sin. ger.: mercantilagem.] - (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1995, p. 428).

liberalismo capitalista, idealizado por Adam Smith) ganha força entre os políticos liberais da época, sendo que a “posição da maioria dos constituintes pode ser definida como “liberal-democrática”: seu objetivo era instituir uma monarquia constituinte que respeitasse os direitos individuais e delimitasse claramente o poder do monarca” (op. cit., p. 117). No entanto, esses políticos saíram derrotados, acabando presos ou exilados do Brasil. Novamente a perspectiva de “mudança” se materializa no discurso dos políticos independentemente do sistema político.

Nesse período, o discurso da ideologia liberal se projeta de várias formas, especificamente entre os membros da maçonaria brasileira, considerada um “núcleo anti-absolutista”, sendo fechadas todas as lojas maçônicas em 1824, por ordem do imperador D. Pedro I.

Outro movimento, o social republicano liberal, conhecido como a “Confederação do Equador”, que eclodiu, principalmente, em Pernambuco (lutava contra a constituinte de 1824, o qual negava autonomia das províncias, centralizando o poder nas mãos do imperador). O movimento acabaria derrotado em agosto daquele ano, sendo que as punições vieram sem clemência e rapidamente (um dos principais líderes desse movimento, o Frei Caneca, foi fuzilado em 1825). Esses acontecimentos também refletiam nos discursos a “mudança” do sistema político vigente.

Os discursos liberais, no Brasil, durante o governo de D. Pedro II, possuem um aspecto importante, que vale ressaltar, e que dá continuidade ao discurso da ideologia liberal no pensamento dos brasileiros: foi a criação do projeto de “Lei Interpretativa do Ato adicional” para ser votada pela assembléia constituinte do Brasil, cujo objetivo era emancipar o príncipe D. Pedro II, tornando-o maior de idade para assumir o trono antes da idade permitida (18 anos), na época o príncipe estava apenas com 14 anos; sendo que a Câmara deixou de aprovar a nova lei “maioridade já”. Essa situação levou então os liberais a conspirarem, juntamente com o apoio popular, contra essa decisão. Assim, no “dia 22 de junho de 40, os liberais, liderados por Antônio Carlos de Andrada (irmão de José Bonifácio), abandonaram a “Câmara prostituída” e foram ao paço de São Cristóvão oferecer o governo a D. Pedro II.” (op. cit., p. 129).

Durante a regência da princesa Izabel, outro fato importante na constituição do discurso da ideologia liberal no Brasil foi o movimento abolicionista que tem suas

manifestações intensificadas durante todo o século XIX, e que se materializa durante esse reinado, em 13 de maio de 1888. É nítido então verificar que o liberalismo econômico inglês (capitalismo) não condiz mais com o discurso escravocrata, pois, era necessária uma mão de obra assalariada para usufruir do mercado consumidor.

O discurso do movimento abolicionista, que possui então como data simbólica o dia 13 de maio de 1888, vem se materializando nos discursos políticos brasileiros, constituindo formações discursivas importantes, pois causa o efeito de sentido de um liberalismo monarquista, contra a escravidão: esse discurso da ideologia liberal leva-nos a um discurso de certa forma inédito. Embora o Brasil tenha sido o último país a aprovar as leis, que traziam o discurso abolicionista, foi o único país na América que criou o discurso monarquista escravocrata liberal (ou o que ainda se apoiava nele no final do século XIX), como fica claro no excerto do texto de Piletti (2002): “A luta pela abolição da escravatura no Brasil – única nação independente que, na aurora do século XX, ainda possuía escravos – fora a mais longa, complexa e tortuosa de todas as campanhas sociais jamais realizadas no Brasil” (p.145).

Esses discursos antiabolicionista encontravam força entre a classe ruralista escravocrata que se encontrava no poder político durante o Brasil monárquico (apoiada tanto pelos monarquistas conservadores como pelos liberais), o que dificultou o amadurecimento do discurso (imposição do interdiscurso liberal econômico inglês) sobre o fim da escravidão no Brasil, como podemos verificar na passagem:

Às pendengas judiciais, aos tortuosos caminhos legais da Câmara e do Senado, aos entraves e recuos provocados por infundáveis discussões partidárias; aos conflitos entre os liberais e conservadores que antecediavam a aprovação de qualquer nova lei contra a escravidão, deve-se acrescentar o fato de que, depois de finalmente aprovadas, tais leis se tornavam, no ato e na prática, letra morta (op. cit., p. 151).

Nesse sentido, o que pretendemos com essa pequena reflexão introdutória é buscar elementos que nortearam o aparecimento da materialidade do discurso liberal no Brasil (atrelado ao interdiscurso liberal da Inglaterra, França e E.U.A.), no período

registrado cronológica, lingüística e historicamente no seio da sociedade brasileira. Esperamos ter mostrado a etapa de materialização do discurso político liberal no Brasil, que procuramos classificar em relação aos efeitos de sentido presentes, e que nos auxiliam em nossa análise.

Dessa perspectiva, procuramos lançar nosso olhar para o discurso da história a fim de entender essa busca por um “discurso fundador” que começou a produzir os discursos políticos liberais, a partir da valorização da “mudança” social.

O *discurso fundador* da sociedade liberal republicana burguesa do Brasil, de acordo com Orlandi (2001b), serve antes como uma *categoria* para o analista preocupado com a formação do imaginário e identidade do povo brasileiro; por certo, tal discurso se encontra na *ordem do discurso*, que *pode e deve ser dito* pelo sujeito do discurso, na visão foucaultiana (1995).

Creemos que a pesquisa histórica vem nos ajudar a explicar como se materializou a questão das idéias das ideologias liberais inglesa e francesa, nos discursos políticos brasileiros, e, como tais discursos colaboraram decisivamente na maneira de pensar, viver e falar de um dos principais idealizadores da República no Brasil, o tenente coronel Benjamin Constant (positivista) e que serviu para modificar as estruturas da Monarquia para ascender à República.

Convêm lembrar que essa etapa tem por objetivo, em primeiro lugar, verificar como foram se materializando os discursos políticos da sociedade liberal brasileira, no século XIX, marcada ideologicamente pelo discurso da ideologia liberal inglesa e francesa; e, em segundo lugar, observar a influência do discurso da ideologia da corrente filosófica européia, o Positivismo, elaborada pelo filósofo francês August Comte, e como esta nova maneira de pensar a sociedade ajudou na fase de transformação da Monarquia à República.

É importante ressaltar que a burguesia capitalista liberal ascendente foi provocadora das mudanças sociais importantes, que mudaram os destinos do país, mas que o povo em geral desconhece, como fica claro no momento de transição da Monarquia em República, salientado por Cruz Costa que acredita que o “*pensamento sofre as influências das condições de vida. As deformações ou afeiçoamentos por que*

passa, traduzem os desejos, as intenções, se não do povo em geral, ao menos dos grupos que o dirigem, que maior preponderância exercem nos seus destinos” (1967, p. 05). O discurso político republicano liberal no Brasil está alicerçado na ideologia do militarismo monárquica, filhos da burguesia agrícola e comercial ascendente, influenciados pelas idéias do liberalismo e pelo pensamento positivista filosófico do tenente coronel Benjamin Constant.

O fato que levou Benjamin Constant, abolicionista e positivista, a valorizar a criação da República, dando continuidade ao discurso da “mudança” atrelado ao discurso da ideologia liberal, foi o de pensar inconcebível a participação do exército na captura de escravos, num momento histórico em que o mundo moderno aspirava à liberdade, e o antigo regime brasileiro insistia em manter velhas tradições que não condiziam mais com as novas maneiras de se pensar (cf. LINS, 1967). Ou seja, o discurso da ideologia liberal inglesa e francesa, que influenciava os discursos políticos produzidos no Brasil, já não aceitava mais os antigos discursos monarquistas escravocratas, que não estavam na *ordem do discurso*.

Com a abolição, mais enfraquecido se encontrava o regime monárquico, como destaca Ivan Lins. Benjamin Constant convencia-se plenamente da necessidade da implantação do novo sistema e “*não podia conservar-se alheio às apreensões que se adensavam, dia a dia mais, no cenário da política nacional. Longa vida de trabalho convencera-o da profunda inépcia daqueles que até então haviam dirigido o destino do país*” (op.cit., p.322). O discurso político, apoiado na “mudança” social, política e econômica, continuava a ganhar estabilidade.

O que se percebia, segundo o historiador, e que reforçava a penetração do interdiscurso liberal no discurso político republicano no Brasil, era apenas um sistema envolvido em escândalos e demasiada prepotência dos representantes do governo; aliado a isso, um clericalismo que mais estremecia o sistema monárquico, sendo que, “*só podia concorrer para o desenvolvimento da degradação monárquica, envolta em sinistro e repudiado clericalismo à vista das exaltadas tendências religiosas da Princesa Imperial.*” (op.cit., p. 322).

Cabe mencionar que, no dia 9 de novembro de 1889, a reunião no Clube Militar resultou na insurreição republicana: o projeto revolucionário do discurso político liberal

estava arquitetado, a partir das mudanças sociais inevitáveis e naturais que o tenente coronel Benjamin, nesse instante, procurava demonstrar à sociedade brasileira.

Vale salientar que os atos do tenente coronel Benjamin propiciaram ao país uma transformação na ordem social e política, não provocando a desintegração da sociedade, muito ao contrário, sua estratégia nada gerou de negativo, uma vez que a República veio como uma *brisa leve*, como analisa Lins: “*em meio às espadas desembainhadas, era o símbolo de concórdia: persuadia e convencia, abrandava e dirigia. A ele coube, no dizer de José Maria dos Santos, transfigurar a rebelião militar em revolução republicana*” (1967, p. 326).

Acreditamos na idéia de um discurso político atrelado ao discurso da ideologia liberal francesa e inglesa, que atendia aos interesses das classes média e alta, restando às camadas populares participarem apenas como peças de um jogo (formação da estrutura social). De modo geral, o discurso liberal atingiu a todos, porém, a maioria sequer imaginava o que essa “mudança” significava.

Temos convicção de que a análise mais propícia para o desenvolvimento do discurso político-liberal, na sociedade brasileira, é aquela que cria expectativas na classe desprestigiada da sociedade, pois, mesmo o povo, não tendo participado da elaboração do novo sistema, começa a ter boas expectativas para a sua situação, como observa Carvalho, em comentário sobre artigo do jornal *Voz do Povo*, que tinha grande circulação na fase inicial da república:

Embora proclamado sem a iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação. O jornal *Voz do Povo*, também do Rio de Janeiro, cuja publicação foi iniciada menos de dois meses após a proclamação da República, referiu-se a uma nova era para o operário brasileiro trazida pelo novo regime, comparável à que foi aberta pela Revolução de 1789. No regime antigo, segundo articulista do jornal, os operários eram os servos da gleba, a canalha, com todos os deveres e nenhum direito. Agora eram livres, iguais e soberanos, viam-se colocados na vanguarda do progresso da pátria (1991, p. 12).

Na trajetória discursiva dos discursos liberais no Brasil, podemos perceber que o discurso da burguesia ascendente, desde antes da época da *Inconfidência Mineira* até a Proclamação da República, aspirava por mudanças sociais e econômicas. *Mudar é palavra de ordem*, termo legítimo da discursividade política liberal, nas três fases históricas de constituição da sociedade brasileira e do desenvolvimento dos discursos políticos, a saber, colônia, monarquia e república.

É importante mencionar que o povo *bestializado*, na época de proclamação da república, apenas tinha esperança da mudança, pois o interdiscurso da ideologia da Classe Trabalhadora estava sendo incorporado em doses homeopáticas, quase imperceptível. Naquela época a classe trabalhadora era formada em sua grande maioria de analfabetos ou semi-analfabetos, ex-escravos, reduzida a parcelas de trabalhadores rurais (em sua grande parte), com uma minúscula parcela do operariado (imigrantes) que, praticamente, não exercia grande influência nas decisões políticas.

Agora a situação é diferente. Então, como sustentar esses argumentos de “mudança” social, e acabar de vez com a fome do povo brasileiro, estando o locutor-presidente Lula e o discurso da ideologia do Partido dos Trabalhadores atrelados ao interdiscurso da ideologia da globalização, segundo nossa percepção?

A fim de estudarmos os efeitos de sentidos que atravessam o discurso em questão, procuraremos no item seguinte descrever, em breves linhas, os aspectos contextuais do ano eleitoral no Brasil de 2002.

3.ASPECTOS CONTEXTUAIS DA DISPUTA PRESIDENCIAL DE 2002 E SUA EVOLUÇÃO

As eleições de 2002 abriram um período que colocou a luta política no Brasil dentro de novo patamar. Enfim, o fato de um candidato retirante nordestino de origem camponesa, que passou pelo chão da fábrica como operário industrial, foi a principal liderança operária e sindical do país, candidato por um partido de “esquerda”, chegar à presidência de um importante país como o Brasil, já é em si um forte sinal de mudança política no país.

Vários fatores confluíram para a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Antes de tudo, é bom ressaltar, sua expressiva votação é resultado do contexto nacional e internacional.

Em primeiro lugar, uma manifestação da situação política, social, econômica, cultural presente na sociedade brasileira desde a luta contra o regime militar. Não por acaso, Lula se colocou como uma alternativa real para a Presidência da República desde as eleições de 1989.

Isto reflete, por um lado, uma hegemonia política instável do Bloco de Poder no Brasil (cf. ALMEIDA, 1998) e, por outro lado, é também fruto do acúmulo de médio e longo prazos do bloco de forças operárias, democráticas e populares que se articulou historicamente em torno do PT (às quais vieram se agregar novos agrupamentos mais recentemente).

Assim, podemos dizer que as eleições de 2002 foram o desaguadouro de um grande processo, um verdadeiro longo ciclo de ações e esperanças de mudanças no país que vem - com avanços, bloqueios, retomadas e retrocessos - desde a crise do regime militar. Todos os grandes momentos políticos recentes do país estão ligados a este anseio mudancista amplamente democrático e popular. A luta por anistia, por diretas, a própria expectativa que se gerou com a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral, a mobilização gerada pelo Plano Cruzado durante o governo Sarney, a eleição presidencial de 89 (quando os três principais candidatos - Collor, Lula e Brizola - apareciam como oposição a tudo e encarnavam o desejo de mudanças), a campanha pelo impeachment de Collor, a primeira eleição de FHC (quando o Plano Real e sua nova moeda apareciam como a mudança já em curso). Neste sentido, Lula, sendo o candidato que, neste período, encarnou a mudança mais profunda, sempre apareceu como

importante desafiante: superou Brizola e foi ao segundo turno em 1989, perdendo por pouco para Collor; chegou a índices de intenção de voto em 94 que dariam uma vitória no primeiro turno, entre maio e junho, (o que não ocorreu nem em 2002); chegou ao empate técnico com FHC no primeiro turno (junho) de 1984. Temos, assim, um resultado que expressa um processo de acúmulo de forças das lutas operárias, camponesas, populares e democráticas desde a resistência à ditadura militar.

Por outro lado, se este foi um dos elementos básicos para Lula se manter no páreo e alicerçar sua força eleitoral num terreno próprio e mais consistente, não foi o único. A conjuntura mais recente, internacionalmente desfavorável ao projeto neoliberal e nacionalmente de crise social e desgaste da política econômica em vigor desde 94, além dos erros dos seus principais concorrentes, também ajudaram a viabilização de sua estratégia de marketing de modo eleitoralmente vitorioso.

A crise conjuntural por que passava o governo FHC dificultou a campanha do candidato da situação, ao contrário do que ocorreu em 94 (quando a eleição se deu num momento de muito boa avaliação do governo Itamar e do plano econômico recém implantado que ancorava a candidatura de FHC) e de 1998, quando, apesar de uma forte crise econômica, o governo FHC ainda conseguiu manter uma avaliação principalmente positiva durante o período eleitoral. Isso tornou Serra um candidato muito pesado, mesmo que, em alguns momentos, tenha procurado ser a alternativa.

O cenário desfavorável à candidatura de Serra, também se estabelecia em termos internacionais. Um aprofundamento da crise do neoliberalismo que trouxe sua derrota prática em termos de política econômica no período mais recente, depois de uma crise deste projeto que se arrastou desde meados da década de 90. Além disso, sua incapacidade de resolver os problemas sociais já estava clara antes disso, nos países onde este projeto se implantou com maior antecedência. Assim, os blocos políticos principais de sustentação do neoliberalismo têm sofrido derrotas políticas e eleitorais em vários países e particularmente na América Latina. A instabilidade econômica, social e política em quase todos os países da América do Sul retrata bem esta crise do projeto que já foi chamado de "consenso" ou de "pensamento único".

Há, portanto, um agravamento da crise econômica, social e política do país, numa situação em que o governo não conseguiu enfrentá-la nem com medidas macro (como foi o Plano Real) nem com uma diversidade de paliativos que resultassem num impacto global sobre o cenário de representação da política, que expressasse um

ambiente mais favorável ao candidato da situação e preferido do Bloco de Poder. Assim, Serra ficou com a marca de um candidato pesado.

Ciro Gomes, apesar de sua origem no Bloco de Poder, já tendo um razoável percurso de oposição (principalmente por ter sido um dos candidatos à Presidência contrapostos a FHC em 1998), tinha uma imagem que estava demonstrando facilidade de se adequar ao cenário de representação da política e aos anseios de mudança existentes no país. Mas, por erros próprios e pelos ataques que sofreu, principalmente vindos da candidatura oficial, acabou sofrendo um grande enfraquecimento político e eleitoral. O candidato do PSB, Antony Garotinho, também conseguiu ocupar um espaço neste cenário que também favorecia o seu discurso. Mesmo com fraca inserção partidária e na sociedade civil (afora suas fortes bases entre igrejas e outras organizações evangélicas) e tempo de TV e rádio limitados, fez um discurso que combinou a oposição ao governo federal com a exploração do respaldo obtido com a boa aceitação de suas ações de compensação social como governador do Rio de Janeiro e conseguiu ampliar seu eleitorado.

Enquanto que os candidatos do PSTU e do PCO, além de suas muito limitadas bases sociais e fraca organização política, não conseguiram elaborar uma estratégia discursiva que obtivesse um mínimo de interlocução mesmo entre o eleitorado mais à esquerda no espectro político-ideológico que, mesmo fazendo restrições, acabou votando em Lula.

José Serra buscou, por todos os meios, organizar suas forças e destruir adversários para ficar como única alternativa capaz de fazer o enfrentamento final contra Lula. Impôs sua candidatura ao PSDB e tentou a unificação partidária, mas não obteve o engajamento dos outros presidenciáveis do partido, como Paulo Renato e Jereissati; beneficiou-se, num primeiro momento, da decisão do TSE de verticalizar as coligações eleitorais; da mesma forma, com a intervenção (coincidente, convergente ou combinada) da Procuradoria da República, da Polícia Federal e da mídia, inviabilizou a candidatura concorrente de Roseana Sarney sob os olhares benévolos do Ministério da Justiça; realizou contrato, com preços acima do mercado, com uma empresa de prestação de serviços de "contra-espionagem" no Ministério da Saúde enquanto montava dossiês contra os adversários; afastou o delegado federal que investigava as ilegalidades na privatização das telefônicas que envolviam gravações com falas do presidente FHC. Também na área de comunicação temos, por um lado, a articulação da propaganda governamental e os programas de TV de José Serra - praticando a mesma

linha e até usando as mesmas imagens, com veiculação no mesmo período. Por outro lado, o governo também viabilizou um financiamento para a Globo Cabo pelo BNDES, concedendo 284 milhões de reais, fato que coincidiu com a exposição negativa de Roseana pela rede Globo. Tentou ainda puxar a maioria do PMDB e do PFL utilizando-se de redistribuição de cargos e verbas para parlamentares.

Outro elemento importante do contexto, foi a divisão do bloco de poder, seja por algumas divergências em torno da política econômica, seja principalmente entre seus representantes políticos, o que ficou particularmente registrado nos conflitos de Serra com Tasso Jereissati (PSDB), Roseana Sarney (PFL) e Ciro Gomes (PPS). Isto fez com que parte do Bloco de Poder ficasse neutralizado ou mesmo viesse a apoiar a candidatura Lula, alguns desde o primeiro turno. Assim, várias lideranças regionais e algumas nacionais vieram se aproximar do candidato do PT.

Por outro lado, há fortes indicações de que Lula de fato conseguiu convencer parte do Bloco de Poder de que mudara suas posições, o que já tinha se expressado por meio do rebaixamento de seu programa de governo aprovado no Encontro Nacional do PT realizado em dezembro de 2001.

Posteriormente, durante 2002, ocorreram novas mudanças programáticas que atendiam expectativas do grande empresariado, inclusive do capital financeiro, por meio de reuniões do seu Diretório Nacional ou mesmo de declarações públicas e compromissos pessoais firmados pelo candidato Lula da Silva, independentemente de consultas ou decisões do partido. Isto se deu seja na aliança com um partido de direita, o Partido Liberal (PL), seja o compromisso de cumprimento rigoroso dos contratos do governo anterior com o capital financeiro. E, finalmente, com o próprio apoio explícito ao acordo em andamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de compromissos com as Forças Armadas e uma relação positiva com a grande mídia, como a própria rede Globo, que, diferentemente de eleições anteriores, acabou mantendo uma relação de razoável equilíbrio entre os principais candidatos. Também no bojo destes posicionamentos, Lula prometeu construir um pacto social entre capital e trabalho e formar um governo de união nacional.

A aliança com o PL merece destaque. Talvez tendo menos importância pela quantidade de votos que este partido tenha carreado e mais por sinalizar para setores do Bloco de Poder, como os acima referidos, da disposição de Lula de fazer alianças (com a direita) que garantissem os interesses principais do grande capital. Por outro lado, a imposição desta aliança com o PL e a presença de um grande empresário na vice-

presidência contra a vontade da maioria da militância partidária, simbolizou também que Lula tinha o controle do partido e não recuava diante de resistências de setores politicamente à esquerda do núcleo efetivamente dirigente do PT e da campanha presidencial.

O apoio ou neutralidade de lideranças políticas do centro para a direita, foi além do PL, chegando ao PMDB e mesmo a setores do PFL, PPB e até PSDB. Importantes foram as declarações de empresários e militares de prestígio e a repercussão positiva da mídia a estas declarações.

Assim, o Bloco de Poder continuou fundamentalmente apoiando José Serra, mas grande parte de seus representantes políticos espalhados pelo país, ficaram passivos ou imobilizados no decorrer da disputa pesada entre seus pares já durante o primeiro turno, demorando ou vacilando na disputa do voto presidencial em seus redutos populares, o que foi permitindo o fortalecimento progressivo do candidato do PT em muitas áreas onde teve fortes obstáculos nas eleições anteriores, como muitas das pequenas cidades do interior.

Assim, Lula conseguiu afirmar-se como alternativa sem que nenhum dos desafiantes, mesmo os que chegaram a se igualar a ele em determinados momentos nas pesquisas de opinião, particularmente nas projeções para segundo turno (como Roseana, Ciro e o próprio Serra) conseguissem consolidar por tempo razoável uma grande aceitação em amplas faixas do eleitorado. Entretanto, este não foi um processo fácil nem linear, mas, como veremos adiante, sujeito às intempéries da campanha.

Os movimentos sociais, apesar do desestímulo oriundo da maioria da direção do PT, também esteve presente no contexto, especialmente em dois momentos nacionais. A importante mobilização de março de 2002, convocada pela CUT com caráter de greve nacional, mesmo não resultando em greve efetiva, apresentou grandes manifestações de protesto em todo o país com razoável repercussão na mídia. Além disso, o plebiscito sobre a Alca (realizado no início de setembro, mas precedido de uma campanha nas bases populares desde julho-agosto), com a participação de mais de 10 milhões de eleitores, também se constituiu num importante momento de debate político na sociedade. Mesmo que a direção do PT tenha decidido sair do plebiscito para não se comprometer com uma posição considerada radical para a estratégia de marketing que estava sendo exercitada, este acabou sendo uma vitória que ajudou a criar um ambiente favorável para a candidatura de Lula. Pois reforçava a idéia da necessidade de soberania

nacional e, assim, ajudava um cenário de representação da política favorável à candidatura que melhor incorporava esta imagem entre o povo.

O mais importante, que queremos ressaltar neste trabalho, entretanto, é que, com tudo isso, Lula conseguiu manter seu principal capital político-eleitoral, que foi o de ter um lugar de fala identificado com a "mudança" demandada pela grande maioria da população. Manter a imagem de ser o mais preocupado em resolver os principais problemas sociais do país como o desemprego e fazer as mudanças necessárias. Sustentar um lugar de fala espontânea e já tradicionalmente aceito pela maioria do povo. Mas isto não foi um processo simples. Como veremos nas pesquisas, esta marca histórica de Lula chegou a ser arranhada seriamente em alguns momentos, quando foi ameaçado por outros concorrentes, como Roseana, Serra e principalmente Ciro Gomes. Este cresceu em junho e julho captando intenções de voto em Lula, justamente no momento em que radicaliza um discurso oposicionista enquanto Lula se concentra em formalizar seus compromissos com o grande capital e prometer a continuidade de uma série de políticas econômicas exercidas pelo governo FHC e, em especial, apoiar o acordo com o FMI, que era rejeitado pela maioria dos brasileiros, de acordo com pesquisa do Ibope, como veremos adiante. Foi um período em que ficou destacado no discurso de Lula mais o compromisso de continuidade do que de mudanças.

Antes disso, houve outros momentos em que Lula distanciou-se de uma postura nitidamente oposicionista e começou a acenar e aceitar políticas e práticas antes condenadas pelo PT. Nesta linha, no horário eleitoral gratuito do segundo semestre de 2001, pediu que o povo ajudasse no racionamento de energia e, no Jornal da Globo, chegou a respaldar o financiamento da Globo Cabo pelo BNDES. O partido, que já vinha de aceitar tacitamente a Lei de Responsabilidade Fiscal (contra a qual havia votado), vota a favor da continuidade da CPMF e da lei que facilitou a concentração de propriedade e permitiu a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação de massas. Foi também um período de desmobilização interna no PT, inclusive na prévia interna nacional.

Serra, que vinha introduzindo a linha de "continuidade sem continuísmo" tinha comportamento parecido ao dos outros principais candidatos. Neste "consenso" de "mudanças com continuidade", Ciro Gomes começou levando a melhor e, aproveitando-se de seus programas gratuitos, tira intenções de voto de Lula, avança até o segundo lugar nas intenções para primeiro turno e ao empate técnico com Lula nas projeções para o segundo turno, pois o petista cai para índices do início de abril (nos cenários

simulados de pesquisa eleitoral sem os nomes de Roseana e Itamar), chegando a 33% no final de julho.

Esta queda de Lula se dá enquanto é enfatizado o discurso de compromisso com o Bloco de Poder, inclusive com o capital financeiro. Entre os 43% de maio e os 33% do final de julho, Lula fechou alianças com o PL nacionalmente e com Orestes Quécia em São Paulo, colocou como vice um grande empresário liberal, se comprometeu formalmente com o pagamento da dívida externa e com o acordo com o FMI e retirou do seu programa a ruptura com o atual modelo econômico.

Em 22 de junho, Lula lançou a "Carta ao Povo Brasileiro" prometendo cumprir os contratos com as instituições financeiras internacionais como o FMI. Este posicionamento foi um marco no PT. Desde 1994, o partido havia retirado do seu programa a suspensão do pagamento da dívida externa, mas nunca tinha assumido publicamente seu pagamento. Em 29 de junho, o Diretório Nacional retira do programa de governo as referências à ruptura com o modelo econômico que havia sido aprovada no encontro nacional de dezembro de 2001. E precisa intervir em alguns estados para impor a aliança com o PL. Com isso, o PT, em vários estados, foi obrigado a fazer alianças com políticos que, além de serem de direita, apoiaram Collor e estavam envolvidos com corrupção, narcotráfico e outros crimes. Além disso, foram feitas várias alianças informais com setores do PMDB que o PT acusara de envolvimento com corrupção, como os ex-governadores Mão Santa no Piauí e Orestes Quécia de São Paulo.

Nesta mesma linha, ocorreu também a saída oficial do PT do plebiscito sobre a Alca, organizado por entidades da sociedade civil.

Durante este período de queda de Lula nas pesquisas e crescimento de Ciro Gomes, houve também um enfraquecimento da relação do partido com os ativistas sociais e a queda nas intenções de voto foi maior nos segmentos mais informados da sociedade e nos centros urbanos. Porém, uma oscilação do discurso de Lula um pouco à esquerda, reafirmando seu oposicionismo e mudancismo, concomitantemente com a desmoralização parcial de Ciro (provocada por Serra), fez Lula recuperar seu lugar.

Este discurso mudancista passou a crescer daí em diante, se tornando cada vez mais explícito – a credibilidade do discurso depende também do *lugar de fala*, do lugar ocupado pelo enunciador.

No caso das eleições presidenciais brasileiras de 2002, tanto Serra quanto Lula, ocupavam o mesmo *lugar de fala institucional-eleitoral* como candidatos à Presidência

da República e foram aceitos nesta condição. Também procuraram até o mesmo *lugar de fala social e institucional*, quando Serra enfatizava a sua origem pobre, de filho de um imigrante italiano, fruteiro, do bairro da Moca em São Paulo; ou quando Lula procurou demonstrar, por exemplo, sua competência política e capacidade de diálogo e trânsito com importantes personalidades internacionais. Mas não tinham o mesmo *lugar de fala político-programático*.

Serra concentrou o seu discurso na mudança (tentando se adaptar ao cenário de representação da política predominante e à demanda de mudanças identificada em pesquisas quantitativas e qualitativas), procurando afastar a sua imagem do governo FHC. Praticamente não defendeu o governo FHC, contribuindo para que sua imagem piorasse durante o período de campanha mais publicizada. Deixou de explorar (ou usou muito pouco) os apoios de lideranças regionais situacionistas eleitoralmente fortes em seus estados, principalmente no primeiro turno, evitando a relação com o continuísmo. Mas no olhar do receptor-eleitor, o lugar de fala de Serra era o da continuidade. Sua fala na mídia não combinava com o sentimento das ruas (RUBIM, 1999). Seu discurso teria legitimidade defendendo o governo e não promovendo a mudança. Este foi o espaço construído por ele, na visão da grande maioria. Não adiantou o programa de Serra tentar ocupar o espaço da mudança, fazendo todo um esforço para detalhar e explicar lógica e racionalmente, com dados e informações sobre os seus atos administrativos que teriam mudado a vida das pessoas. Não adiantou toda a repetição de sua biografia pessoal e política, pois a "mudança" não era o seu *lugar de fala*.

Enfim, quando Serra repetia o seu discurso de mudança, acabava chamando mais atenção sobre esta demanda e reforçando a candidatura daquele que melhor encarnava a mudança: Lula. Assim, o discurso de Serra sobre a mudança ajudava Lula. O discurso escolhido por Serra estava interdito, conforme o pensamento foucaultiano, por seu lugar de fala já constituído. Pois ele não podia assumir a responsabilidade nem a causa da mudança, pois a maioria continuava achando que ele era a continuidade e não tinha as condições para encabeçar a mudança que ele próprio dizia que era necessária.

Sabemos que um discurso não é uma fala isolada, mas o resultado de uma interlocução. Assim, quando os demais candidatos falavam e de alguma maneira ligavam Serra a FHC e seus deméritos, o resultado desse discurso dificultava ainda mais uma leitura favorável às pretensões do marketing eleitoral de Serra.

Por outro lado, na medida em que Serra tentou, já no período propriamente eleitoral, se desvincular do lugar de fala que já tinha como marca, este processo também

mostrou os limites de um marketing eleitoral deslocado de um marketing político construído a médio e longo prazos (ALMEIDA, 2002). Enfim, Serra acabou se colocando como um candidato com um discurso fora do *lugar de fala*.

Neste quadro de desgaste das alternativas possíveis para o Bloco de Poder, o esforço de Lula para mostrar-se com uma imagem de bom negociador na situação de crise do país, entre capital e trabalho, acabou conseguindo encontrar uma resposta positiva do quadro colocado, mas a marca de sua vitória - a fundamental, que lhe deu a base eleitoral mais sólida e também a capacidade de recuperação diante do esforço "mudancista" dos outros candidatos - é a sua identificação como o mais indicado para fazer as mudanças esperadas pelo povo.

O resultado final também ampliou a votação dos candidatos do PT e coligados, mas não redundou em eleição de mais governadores estaduais. O bloco conservador nos níveis regionais conseguiu manter maior unidade e a viabilidade de seus candidatos do que em nível nacional. Com isso, o PT conseguiu uma grande bancada de deputados federais e estaduais, o crescimento de sua bancada de senadores, e a provável eleição do presidente da Câmara e de um presidente do Senado aliado ou que não seja um grande e ferrenho adversário. Garante, assim, uma base parlamentar significativa, na linha daquilo que o PT está entendendo como sendo "governabilidade", mas de duvidoso compromisso com mudanças e reformas sociais de efetivo interesse popular e de construção de um novo modelo econômico.

Qualquer que seja o futuro que nos aguarde, isto trás desafios para a democracia e a luta política no país, assim como para uma compreensão do fenômeno por parte dos estudos em várias áreas, inclusive do campo que procura aprofundar as questões relacionadas à comunicação e política.

Por um lado, este resultado das eleições foi uma derrota política e eleitoral do projeto neoliberal no Brasil, com repercussões em nível internacional. Porém, a derrota efetiva deste projeto depende das políticas que forem aplicadas de fato pelo novo governo. Por outro lado, entender que a vitória de Lula está principalmente ligada ao seu lugar de fala de melhor indicado para promover as mudanças e não por sua faceta continuísta, também nos dá melhores condições para entender a dimensão das expectativas criadas e para analisar e compreender os desafios políticos em geral e midiáticos em particular.

Diante do exposto, passamos a mobilizar alguns conceitos provenientes da AD francesa para fundamentar nossa análise sobre o discurso de posse do presidente Lula e os possíveis efeitos de sentidos que seus argumentos veiculam.

CAPÍTULO III

1. A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E SUA CONTRIBUIÇÃO ÀS TEORIAS DO DISCURSO

A AD francesa propõe novos mecanismos para tratar a linguagem que se manifesta pelo discurso, pois no texto estão presentes a história e a memória de uma determinada sociedade e “*cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos; por isso, não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno vôo*” (GREGOLIN, 2001, p. 10).

É isso que pretendemos ao analisar este discurso de posse do locutor Lula. Buscar em sua materialidade discursiva pistas na história e na memória para entender a problemática da fome que se instaurou no Brasil e o diálogo existente entre o locutor Lula e os destinatários do discurso, como vemos: “Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de *Fome Zero*” (Parágrafo 9).

Os diálogos entre os discursos causam efeitos de sentido entre os interlocutores, entre os enunciadores, onde ocorrem relações com a memória e a história; é exatamente disso que “trata a Análise do Discurso derivada dos trabalhos de Pêcheux, Foucault e Bakhtin campo do saber que se originou, exatamente, da problematização sobre o sujeito e a produção dos sentidos” (Idem, 2001, p.10).

Analisando o diálogo que ocorre entre o presidente Lula e a população brasileira, pois “aquele acredita que o povo o ajudará na empreitada de administrar o país”, é possível observar que o locutor, recorrendo em seu discurso à memória histórico-discursiva, busca elementos para dar credibilidade ao seu discurso e para receber o apoio da população, que sempre esteve disposta a dar a sua vida, pelo desenvolvimento social da pátria amada:

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRÁS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia (Parágrafo 10).

Buscaremos elementos da exterioridade, que estão presentes na materialidade do discurso de posse do locutor Lula, a história, a memória discursiva, a ideologia, o interdiscurso. De acordo com Gregolin, a AD francesa nasce tendo como preocupação central “a epistemologia, o *corte saussuriano*, a reformulação da *parole* e a conseqüente interrogação sobre o dispositivo teórico para a análise das condições de possibilidades do discurso, dos processos discursivos” (op.cit., p.12). Observamos detalhes importantes no discurso do locutor Lula e notamos que este produz o efeito de sentido de que vivemos num país que poderia solucionar esse problema por meio da reforma agrária que “*será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica*” (Parágrafo 12).

Além disso, de acordo com a autora (2001), a exterioridade é considerada como um elemento auxiliar na produção de sentidos, e isso exige, “*um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma Linguística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem*” (op.cit., p. 12).

A orientação francesa da AD, para Gregolin, tratava “*desde o início do desenvolvimento da teoria do discurso, de investigar como se relacionam a língua e a história, nos processos discursivos*” (2001, p. 13), tornando-se o momento embrionário desses estudos sobre a linguagem.

Podemos perceber essa relação entre a língua e a história na materialidade discursiva a partir dos enunciados empregados no discurso analisado:

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das

jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim (Parágrafo 8).

O locutor Lula recorre à memória lingüístico-histórica, para assegurar argumentativamente, aos diversos interlocutores de seu discurso que a sua proposta é séria e consistente com os anseios sociais. Partiremos da análise dos enunciados remetidos a um conjunto de interdiscursos (história, memória discursiva) que se apoderaram intradiscursivamente do discurso com suas regras próprias, para salientar nossas considerações.

Seguindo orientação de Gregolin (2001), esse momento embrionário da AD nos leva à conclusão de que dessas “*decisões epistemológicas decorre que a tarefa da AD deve ser a análise lingüístico-discursivo do enunciado em referência a um corpo interdiscursivo de traços sócio-históricos*” (p. 25), levando-se em consideração a presença da alteridade. Como nos alerta o locutor Lula em seu discurso: “*enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha*” (Parágrafo 9).

Convém dizer que a AD francesa teve no seu início que entender *as relações entre o lingüístico e o histórico, entre o discurso e o interdiscurso*. As idéias de Pêcheux e Foucault erigiram a Análise do Discurso como um campo em que o sujeito e a produção de sentido ocupam lugar central (op. cit., p. 30) e, também, associa-se à análise bakhtiniana, trazendo “*as idéias da heterogeneidade e da alteridade e fez a AD abrir-se para uma série de problemáticas que envolvem o sentido e o sujeito*” (op. cit., p. 30).

Em nossa análise, reforçaremos essa problemática interligando as idéias dos três pensadores, na tentativa de compreender os efeitos de sentido utilizados pelo sujeito do discurso para dar validade à sua argumentação: “*Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida*” (Parágrafo 9).

Na AD francesa existe a preocupação constante em entender o conceito de *ideologia*, pois para ela o trabalho da ideologia é o de exatamente dissimular sua existência, de fazer parecer ao sujeito que este é livre em suas escolhas. Dessa forma, o sujeito não está dissociado do trabalho da ideologia. Este não tem liberdade total de interpretar as coisas da forma que quiser. Embora tenha a possibilidade de fazer certas escolhas, estas são fortemente influenciadas pelo poder da mídia, as quais promovem determinadas ações para suas audiências, já com propósitos claros em mente. Desse modo, certas interpretações são encorajadas podendo resultar em uma previsão das interpretações e das ações do sujeito, o que reforçará práticas ideologicamente dominantes, como percebemos no trecho utilizado pelo locutor Lula quando utiliza o termo soberania nacional, termo muito empregado durante o período militar de 1964 até a redemocratização em 1982, como segue “*Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.* (Parágrafo 1)

Depois dessas considerações gerais sobre a linha teórica eleita, passamos a expor algumas das teorias dos precursores principais da AD francesa: Pêcheux, Foucault e Bakhtin, recorte relevante para subsidiar os nossos estudos.

2. AS IDÉIAS DO FILÓSOFO MICHEL PÊCHEUX

O estudioso francês Michel Pêcheux, para elaborar a análise do discurso, ramificação da lingüística, buscou um objeto específico de pesquisa científica, o discurso, com a finalidade de estudar a linguagem e, explicitar, sistematicamente, como a linguagem discursiva possui características próprias que podem ser observadas em sua materialidade lingüística e analisadas cientificamente. É isso que pretendemos em nosso trabalho, compreender como foi sendo construído o discurso do locutor Lula, buscando elementos exteriores ao discurso, encontrando na história esses elementos que dão sustentação a argumentação empregada, mas que muitas vezes tem-se a impressão de não estarem presentes na superfície lingüística, como segue:

E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos (Parágrafo 2).

O trabalho de Pêcheux (GADET & HAK, 1990) divide os estudos desenvolvidos por esta corrente em três partes : AD-1, AD-2 e AD-3. Na AD-1, o filósofo francês começa um processo de justificativa de sua opção pela análise do discurso (na primeira fase o discurso político), por meio da análise estrutural da linguagem. Nessa fase, o estudioso emprega a análise estrutural chegando à conclusão que “*uma língua natural (no sentido lingüístico da expressão) constitui a base invariante sobre a qual se desdobra uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos*” (op.cit., p. 311).

Em nossa análise, procuraremos demonstrar que os enunciados empregados pelo locutor Lula estão amarrados a vários discursos que podem ser negados na superfície lingüística, mas que aí mesmo serão afirmados, como segue: “Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades” (Parágrafo 1).

Michel Pêcheux vislumbra, já em sua análise inicial, a multiplicidade de discursos entrelaçados que se envolve no fio discursivo, recusando-se a aceitar uma análise centrada apenas no lingüístico, negando *“qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciadora de seu discurso”* (op.cit., p. 311).

Pretendemos, em nossa análise compreender como esses processos ocorrem no discurso de posse do sujeito-presidente Lula, quando emprega os enunciados em defesa do projeto que pretende solucionar o problema da fome no Brasil, como por exemplo, “Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico” (Parágrafo 4).

Na segunda fase, Pêcheux amplia os horizontes de sua análise introduzindo a noção de interdiscurso, elemento essencial em nosso estudo, afirmando que a *“noção de interdiscurso é introduzida para designar ‘o exterior’ específico enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar da evidência discursiva, submetida à lei estrutural fechada”* (op.cit., p. 314).

Acreditamos que o interdiscurso da ideologia da globalização, aquele mesmo plano econômico-social utilizado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e que é negado pelo locutor Lula em seu discurso, seja o predominante na argumentação empregada:

Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais,

agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado (Parágrafo 14) (grifos nossos).

Vale dizer que o exterior da linguagem, que até aquele momento da história da lingüística pós-saussuriana havia sido desacreditado, começa a aparecer na perspectiva discursiva de Pêcheux, que

colocando simultaneamente uma relação de entrelaçamento desigual da FD com um exterior, a problemática da AD-2 obriga a se descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplicas ‘estratégicas’; no horizonte desta problemática aparece a idéia de uma espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as seqüências situadas em suas fronteiras, até o ponto que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas (GADET & HAK, 1990, p. 314).

No desenvolvimento da abordagem teórica da transição da AD-1 à AD-3, Pêcheux é conduzido para a questão da heterogeneidade enunciativa, insistindo na presença do Outro na constituição do sentido dos discursos, destacando

a insistência de um ‘além’ interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do ‘ego-eu’, enunciador estratégico que coloca em cena sua seqüência, estrutura esta enunciação (nos pontos de identidade nos quais o ‘ego-eu’ se instala) ao mesmo tempo que desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico do discurso lhe escapa) (Idem, p. 317).

Perseguindo seu intuito na caracterização de seu trabalho científico sobre a importância do discurso para a lingüística, Pêcheux (1988) evidencia suas preocupações

com o discurso político marxista-leninista, após a descoberta do holocausto stalinista, durante a dominação soviética, e constrói uma crítica ao discurso socialista do Partido Comunista Francês, que, no seu entender, já não é mais digno de seriedade.

Nessa obra Pêcheux (op.cit.) propõe fazer um trabalho da história do presente por meio da AD, observando como os comunistas que se vangloriavam por terem descoberto a fórmula para os males do mundo, passam por uma situação no mínimo singular, ou seja, em nome do poder e controle sociais tudo é permitido. O discurso marxista é um, mas a realidade é outra, o poder e a dominação são iguais independentemente do sistema político adotado, não há garantias de sucesso transcendental e essa problemática atravessa as materialidades lingüístico-discursivas.

O que podemos notar é que Pêcheux (1988) está familiarizado tanto com as idéias filosóficas positivistas, burguesas e capitalistas européias (francesa) como com a vertente comunista-leninista-stalinista, preocupando-se particularmente com a crise que se instaura no movimento comunista russo, que chama de *desvio stalinista*, cometido pelo sujeito Stalin (é quem ocupa o papel de sujeito do discurso marxista-leninista, desde a década de 30 do século XX). Esse desvio não é inteiramente refletido pelos defensores desse sistema político. Aqueles que tinham solução para todos os males sociais enfrentam o desvio no discurso comunista como uma ruptura do que se estava sistemática e politicamente planejado, e a nova *ordem do discurso* do proletariado desfaleceu na visão do autor.

As teorias elaboradas por Pêcheux (1988 e 1997) não desviam sua atenção da problemática da lingüística atual, pois a crise é geral mesmo dentro dos fundamentos de uma lingüística científica. O estudioso acredita que os desencontros entre os pesquisadores da linguagem, formalistas, historicistas e estruturalistas desembocam no seio da sociedade mundial política e economicamente sedimentada, entre um imperialismo capitalista destoante, mas triunfante, e um comunismo transcendental em “frangalhos”. Para ele, essa problemática é de fundamentação filosófica, tocando no *problema da universalidade e da linguagem ideal*.

Iniciamos agora nossa reflexão sobre os procedimentos técnicos apresentados por Pêcheux. No texto *O discurso. Estrutura ou acontecimento* (1997), novo redimensionamento ocorre em seu trabalho, não concentrando mais sua atenção às

problemáticas filosófico-epistemológicas que se inserem no interior da lingüística enquanto ciência, mas sim para a análise crítica do discurso, dentro da tradição francesa da análise de discurso. Pêcheux conclui que deve realmente se dispor das suposições teóricas e visita a parafernália técnica própria da análise de discurso, apresentando os resultados desses procedimentos.

Assim, Pêcheux (1997) revela-nos que o acontecimento narrado no texto, o da eleição de F. Mitterand para presidente da França, que é marcado pela enunciação midiática de que a junção socialismo/comunismo ascende ao poder naquele país, não possui relação interfrástica, pois se refere aos mesmos fatos, mas não constroem as mesmas significações. Atrelado a esse acontecimento televisivo, outro fato chama a atenção do autor: é que um enunciado vai marcar decisivamente a alegria do povo francês pelo presidente eleito, *On a gagné* (ganhamos), que não se refere ao acontecimento político, mas é como se apegasse a um campeonato futebolístico, numa materialização de entusiasmo e alegria da equipe após a conquista de uma competição.

Esse aspecto apontado por Pêcheux com relação ao enunciado “Ganhamos” que para ele não causa a impressão de estar relacionado à política, de maneira análoga percebemos essa situação com o locutor Lula, quando apresenta o enunciado *ritual do discurso* “Fome Zero”. Se formos pensar sobre o sujeito desse enunciado, surgem algumas questões, quem está com fome, em qual lugar, por qual motivo?

Vale lembrar que, contrapondo-se a uma filosofia idealista da linguagem que concebe o sujeito como fonte e origem de tudo o que diz e o sentido como algo já existente, Pêcheux & Fuchs (1975) afirmam que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento.

Segundo Pêcheux & Fuchs (op. cit.), o “esquecimento nº 1” é aquele em que o sujeito se coloca como origem de tudo o que diz. Esse esquecimento é de natureza inconsciente e ideológica: o sujeito procura rejeitar, apagar, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso.

Para esse autor, com o “esquecimento nº 2”, de caráter pré-consciente ou semi-consciente, o sujeito privilegia algumas formas e “apaga” outras, no momento em que seleciona determinados dizeres em detrimento de outros. Com o “esquecimento nº 2”, o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado. Ele acredita que todo

interlocutor captará suas intenções e suas mensagens da mesma forma. Os Outros do discurso que determinam seu dizer não são percebidos pelo sujeito, assim como ele não pode ter controle total sobre os efeitos de sentido que seu dizer provoca, precisamente porque sentidos indesejáveis são mobilizados.

O sujeito, quando fala, retoma sentidos que afetam o modo como ele significa em uma determinada situação discursiva. Suas palavras se ligam a uma memória do dizer, a um saber discursivo, o qual Pêcheux & Fuchs (1975, p.162) denominaram de interdiscurso. Pela definição de Pêcheux, entendemos que o interdiscurso diz respeito a um processo de incorporação constante de algo que já foi dito antes, em outro lugar, em outros momentos históricos, mas que tem um efeito sobre o dizer do sujeito e, conseqüentemente, sobre suas representações. Assim sendo, as palavras dos sujeitos não são unicamente dele. Elas significam pela história e pela língua, filiando-se a outros.

Para o autor, o interdiscurso refere-se à memória discursiva e ideológica que se encontra presente no momento da construção de um discurso, dizeres, a partir de um já-dito que sustenta esse dizer. Pêcheux & Fuchs (1975) afirmam que a AD vai trabalhar a noção de que todos os enunciados são constituídos por pontos de deslocamento que oferecem lugar à interpretação. Esta, por sua vez, não pode ser qualquer uma, pois sofre a determinação da ideologia. Assim, por haver uma injunção a significar, o sujeito está sempre em atividade de interpretação, porém ao interpretar o faz em condições de produção específicas, acreditando que os sentidos estão nas palavras. Essa crença faz com que ocorra o apagamento das reais condições de produção e faz, também, com que a interpretação, ou o sentido das palavras, apareça como único e verdadeiro.

Complementando a trajetória teórica da AD francesa, apresentamos aspectos essenciais da obra do filósofo Michel Foucault.

3. A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE E A VISÃO DE MICHEL FOUCAULT

O segundo autor que acrescenta elementos essenciais para a AD francesa é o filósofo Michel Foucault. A questão central nas obras do autor, que estimulou sistematicamente a materialização da AD francesa (cf. ARAÚJO, 2000), consiste na preocupação constante em fazer a História do Presente. Foucault, para atingir esse objetivo, faz um percurso *arqueogenealógico* sobre o sujeito, analisando suas práticas *objetivadoras, discursivas e subjetivadoras*.

Nossa intenção em trazer a história para entender um possível significado das palavras enunciadas pelo locutor Lula, em seu discurso de posse, é explorar a noção de sujeito dos discursos políticos, a partir dos enunciados que dão legitimidade ao seu dizer, levando-o, imperceptivelmente, a assujeitar-se na materialidade de seu discurso a uma ideologia elitista e dominante.

Para Araújo, são três as fases pelas quais passa Foucault, em que fica clara a preocupação com a constituição do sujeito. Isso pode ser visto no livro “*As palavras e as coisas*”, em que se encontra a materialização de três disciplinas: a filologia, a economia política e a biologia, em que o sujeito aparece falando, produzindo e vivendo, na “*História da loucura*” e em “*Vigiar e punir*”, em que o autor descreve o sujeito nas práticas disciplinares; e, por último, na “*História da sexualidade*”, em que Foucault articula que o sujeito apreende *técnicas de si* na constituição de sua sexualidade. Partindo desses pressupostos, o filósofo descreve a formação do sujeito por inteiro, em suas relações de saber, de poder e da ética, ou seja, o sujeito agindo sobre as coisas, sobre as ações dos outros, e sobre si. Seus estudos discorrem sobre como ocorre a constituição do sujeito e como ele acredita que diz o *verdadeiro* sobre si mesmo.

Da mesma forma acreditamos que o locutor Lula em seu discurso, também teve que se preocupar com essas relações entre o saber, o poder e a ética da sociedade brasileira. Criar uma estratégia que sensibilize nossa elite (econômica e intelectual) e que possa atender aos interesses econômicos que dão alicerce ao interdiscurso da ideologia da globalização que controla as regras próprias dos discursos políticos no

mundo, e, principalmente, nos discursos políticos dos presidentes que fazem parte do bloco do *terceiro mundo*, ou seja, de economia descontrolada.

De acordo com Araújo (2000), Foucault discute o tema do sujeito, estimulado por sua crítica às filosofias *antropologizantes* ou às *analíticas da finitude: a fenomenologia, o positivismo e o marxismo*, que acreditam que o sujeito é senhor dos seus atos e que possui a solução dos seus empecilhos sociais, econômicos e culturais, cuja solução empírica é transcendental. O filósofo analisa o sujeito se constituindo na história, por meio de acontecimentos *discursivos, epistêmicos e práticos*.

Vale lembrar, aqui, que procuraremos analisar o discurso de posse do sujeito-presidente Lula, procurando entender a constituição desse discurso neoliberal do interdiscurso da ideologia da globalização e todos os demais interdiscursos que se apoderaram dos discursos políticos no mundo e também no Brasil.

Propõe Foucault localizar, *arqueogenealógicamente*, os *a priori* históricos que tornaram possível um conhecimento sobre o sujeito (homem). Disso resulta que o homem cria técnicas de produção, comunica-se por meio de sistemas simbólicos, governa por relações de poder e elabora técnicas de conhecimento sobre si: *as tecnologias do eu*.

Foucault acredita que cada sociedade relaciona esses quatro domínios a seu modo, dominação para conduzir o homem a modificar seu comportamento. No caso do discurso analisado, esforçaremos por mostrar quais estratégias são empregadas pelo locutor Lula para eliminar o problema da fome no Brasil, como esse sujeito utiliza os “*a priori*” históricos que dão sustentação à sua argumentação discursiva.

A filosofia crítica do sujeito de Foucault, na visão de Araújo (op.cit.), pretende analisar o que possibilitou que algo fosse dito num recorte de saber, que idéias ou teorias surgiram em determinado espaço de saber. Para atingir tal objetivo, analisa as práticas discursivas ou os enunciados, acerca de determinados objetos, onde alguém ocupa posição vazia de sujeito desses enunciados, onde os conceitos se arquitetam, ajustam-se, transformam-se e constituem o discurso, pertencendo a uma prática discursiva, com suas possibilidades de uso.

Pretendemos resgatar, por meio da materialidade do discurso de posse, enunciados históricos, do tipo “ritual”, que deram sustentação ao discurso políticos elaborados a partir dos problemas sociais detectados no Brasil e respondendo a interesses diversos e conflitantes próprio de cada sociedade.

Nessa fase arqueológica, Foucault faz a história da diferença, da descontinuidade, mostra que não existe sujeito suprahistórico, e sim posições possíveis de subjetividades constituídas, diferentes, mas nunca indiferentes. Aqui o autor se prepara para elaborar uma dimensão interpretadora ou genealógica.

Nessa primeira etapa, encontramos Foucault na fase arqueológica, descrevendo como essas idéias aparecem como um conhecimento na ordem do saber, ou seja, nos enunciados discursivos, o sujeito aparece situado e dependente, não aparece consciência empírica, não é figura titular, não aparece como atividade transcendental.

Os sujeitos, de acordo com Foucault, falam da mesma *episteme*. A arqueologia pretende localizar as raízes históricas daquilo que tornou possível essa relação entre um sujeito fixo e um domínio de objetos, encarregando-se dos processos de uma prática histórica, descrevendo os domínios do saber e prescindindo de um sujeito transcendental. As práticas discursivas aparecem sem sujeito e a linguagem não passa de um bem precioso como outros bens que os homens produzem e cuja posse desejam. Cada trama histórica desenha uma disposição na ordem do saber, não existe sujeito soberano acima dessas disposições.

Nas práticas discursivas ou no discurso, Foucault encontra um veículo das relações entre saber e poder, que é, ao mesmo tempo, alvo dessas relações, isto é, objeto do desejo do *poder/saber*. É aqui que começa a dimensão interpretadora do trabalho foucaultiano. Sua genealogia vislumbra os investimentos técnicos de *saber/poder* que marcam, historicamente, o corpo, cuja inspiração é nietzscheana, em que a história é sem origem e fim; a interpretação genealógica encontra o sentido na superfície. A genealogia é uma abordagem analítica interpretadora, analisa na história e, historicamente, analisa o sujeito dividido e normalizado, faz a história do presente.

É o que pretendemos também em nossa análise: compreender que a história do Brasil não possui uma única origem, índios, portugueses etc., interpretar o discurso de

posse por meio de sua superfície lingüístico-histórico, como o sujeito-presidente Lula constrói seu discurso, que, para nós, se encontra atrelado às regras próprias dos discursos político-econômicos sob a dominação do interdiscurso da ideologia da globalização no mundo.

Convém comentar que, na análise de discurso foucaultiana, o enunciado é trabalhado, deixando de lado ao que se remete ou sua fonte, sendo necessário isolá-lo e descrevê-lo como fazendo parte de práticas discursivas de uma época, numa história em que não existe sujeito fundador, proposta nietzscheana de Foucault, de uma história da diferença, em que o sujeito encontra posições possíveis de subjetividades diferentes, porém, como aponta Araújo (2000), nunca indiferentes.

A pergunta que salta é: qual a posição do sujeito no enunciado? É vazia, pode ser preenchida? Quem pode ocupar a posição de sujeito no enunciado? A resposta foucaultiana é que o sujeito pode ocupar ou receber várias posições quando possui um discurso, dependente das práticas discursivas. Sendo que, no discurso, o sujeito não é aquele que pensa e fala, mas sim, aquele que não tem relação permanente consigo mesmo. Se alguém disse algo é porque pôde fazê-lo mediante condições restritas que regulam os enunciados de uma época. E o que o sujeito enuncia, varia.

Seguindo a perspectiva foucaultiana, o enunciado deixa marcas que determinam a posição que pode e deve assumir o indivíduo. Na verdade, *A arqueologia do saber* se constitui numa descrição bastante complexa e didática do método arqueológico, uma teoria que tenta compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas. Tomando-os não mais como conjuntos de signos e elementos significantes que remeteriam a determinadas representações e conteúdos, mas como um conjunto de práticas discursivas que instaura os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos.

Com o método arqueológico, Michel Foucault tenta descrever não só as condições de possibilidade dos enunciados que formam as ciências empíricas, mas as condições mesmo de existência desses enunciados. Para tanto segundo Foucault (1993, p.28):

é preciso renunciar a todos os temas – tradição; influência; desenvolvimento e evolução; mentalidade ou espírito; tipos e

gêneros; livro e obra; idéia da origem; já-dito e não dito – que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida.

É isso que pretendemos em nosso trabalho de análise de discurso: verificar como foi construído o discurso de posse do locutor Lula, e como seus efeitos de sentido atingem a sociedade brasileira e mundial, criando um novo “contrato” discursivo com o povo brasileiro e o mundo globalizado.

Concluindo esta etapa, em que verificamos as contribuições para o desenvolvimento da AD francesa, por meio das obras do filósofo Michel Foucault, apontaremos agora as contribuições de Bakhtin às teorias do discurso de linha francesa.

4.A DIALOGIA EM MICHEL BAKHTIN

Articulamos nossos comentários, no presente item, sobre o pensamento de Bakhtin e a sua importância para as teorias do discurso. De acordo com Barros (1997), no texto “*Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso*”, Bakhtin pode ser considerado o precursor dos estudos sobre o texto e o discurso, a partir de suas contribuições e reflexões sobre o *princípio dialógico*. Esses estudos podem ser divididos em duas partes: concepção de texto como objeto das ciências humanas e o princípio dialógico na teoria do discurso e do texto. Essa última ramifica-se ainda em duas outras: diálogo entre interlocutores e diálogo entre os discursos.

Os processos dialógicos textual-discursivos apresentados no trabalho de Bakhtin tornam-se relevantes em nossa pesquisa, pois, dessa forma, podemos perceber como os vários interlocutores produtores de discurso, introduzem-se na materialidade do discurso, como a presença do interlocutor povo brasileiro, um dos interlocutores protagonistas do discurso de posse do locutor Lula se manifesta no discurso, a partir do termo:

*“Mudança”; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da **sociedade brasileira** nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária (Parágrafo 1) (grifos nossos).*

De acordo com Bakhtin (1993), nosso discurso está impregnado das palavras do outro, palavras essas que são modificadas, alteradas em seu sentido pelos efeitos da nossa compreensão. Tratamos com as palavras dos outros em nosso discurso, fundimos com elas nossa voz, com elas reforçamos nossas próprias palavras.

Como podemos perceber no enunciado do locutor Lula, a argumentação volta-se para a experiência de outros lutadores pela causa social brasileira assim como ele:

*E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de **lutadores** que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos (Parágrafo 2).*

Segundo a leitura de Barros (1997), Bakhtin considera a lingüística como a essência dos estudos sobre a linguagem e a língua, em suas unidades mínimas até no máximo a frase. O estudioso evidencia em seus construtos que, nas ciências humanas, o seu objeto de estudo é o texto, sendo o homem seu produtor. E no âmbito das ciências humanas, há várias visões sobre o texto, sendo relevante para Bakhtin ampliar o alcance dos estudos lingüísticos, saindo das amarras das teorias lingüísticas tradicionais, engajando-se às ciências humanas e atingindo os estudos *metalingüísticos* ou *translingüísticos*.

Da perspectiva bakhtiniana para Barros (1997), o texto, como objeto das ciências humanas, já tem em si o princípio dialógico, pois o seu objeto e o método utilizados são dialógicos. O lingüista alerta-nos que, no bojo das ciências humanas, o importante é procurar conhecer o sujeito, produtor de textos. Isso porque ocorrem relações entre o sujeito da cognição e o sujeito a ser conhecido, ou seja, há relações de comunicação entre o destinador e o destinatário, que precisam ser entendidas: o sujeito pretende interpretar ou compreender o outro sujeito no discurso/texto. A autora elege Bakhtin como o precursor dos estudos sistemáticos e científicos sobre o texto, tendo em vista que o filósofo acreditava que a vida é dialógica por natureza, a partir da forma e sentido.

Um dos aspectos mais importantes que pretendemos resgatar vai ser o de entender a presença do diálogo entre o discurso de posse do sujeito-presidente Lula e o interdiscurso da ideologia da Igreja Católica na sociedade brasileira, vislumbrando a

onipotência dele diante dos discursos políticos liberais e agora também (re)instaurado os efeitos de sentido peculiares à religiosidade no Brasil, por meio do sujeito analisado:

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos 4 anos. Viva o povo brasileiro! (Parágrafo 35)

Vale destacar que os trabalhos de Bakhtin ingressam, hoje, nos estudos sobre a interação verbal dos sujeitos e a intersubjetividade, e todos partem de sua reflexão sobre o princípio dialógico. Foram muitas as contribuições de Bakhtin aos estudos da comunicação e da interação verbal, que são sintetizados por Barros (1997), como: a variação lingüística, funcional e discursiva; reversibilidade e a construção dos interlocutores no diálogo, jogo de imagens, simulacro e as avaliações entre eles e competência dos sujeitos da comunicação. Mas o que caracteriza os discursos para Bakhtin é a variação lingüística, funcional e discursiva, facetas da *heterologia* ou *pluridiscursividade*. Ele pensa a comunicação como um sistema interacional, a interação com a realidade é elemento fundamental da linguagem. Aparece ainda, nos seus estudos, a questão da dinâmica da interação e da construção dos simulacros intersubjetivos, acrescentando a questão da avaliação entre os interlocutores, preocupado com o *horizonte ideológico*.

Pretendemos indagar sobre esse processo de percepção lingüística do discurso sobre a crise social/moral que atravessa o discurso de posse do sujeito-presidente, onde denuncia a fome como o maior entrave do desenvolvimento sócio/econômico que o país atravessa. Por que sustentar uma plataforma de governo que tem por objetivo principal acabar com a fome?

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de

qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome (Parágrafo 9).

É possível verificar que os cientistas da linguagem e do discurso que mencionamos neste estudo, mesmo em

suas convergências e divergências, as propostas desses três fundadores de discursividades dialogaram com outros textos teóricos e, desde os anos 60, desestabilizaram certezas sobre a língua, sobre o discurso, sobre o sujeito, sobre o sentido. Eles construíram as bases para que possamos pensar, homens, nas relações entre a língua e o discurso, na não-evidência dos sentidos, nas articulações da subjetividade com a alteridade, nas determinações ideológicas, no diálogo, na intertextualidade, na interdiscursividade... Construíram a possibilidade de novos olhares para o texto, para os processos discursivos que os sustentam (GREGOLIN, 2001, p. 30).

Após apresentarmos a base teórica dos precursores da Análise de Discurso de linha francesa, acrescentamos as contribuições de estudiosos da linguagem que, partindo da orientação de Pêcheux, Foucault e Bakhtin continuam a estimular pesquisas nessa área.

5. AS TEORIAS DISCURSIVAS E A MATERIALIDADE LINGÜÍSTICA

Para auxiliar neste estudo foi necessário compreender e integrar na análise os trabalhos de estudiosos que nos foram úteis na compreensão/interpretação/realização do trabalho dissertativo, remodelando, a todo instante, a perspectiva metodológica adotada aqui.

Passamos agora a tecer nossos comentários sobre a contribuição de outros estudiosos da linguagem no que se refere à base lingüística que engendra todo o processo discursivo em pauta e ao seu fio condutor argumentativo.

5.1. PASSOS DE ENCADEAMENTO DO PROCESSO DISCURSIVO

Maria Augusta de Mattos (1998), em sua análise sobre os discursos do cotidiano (conversa) como práticas sociais, orienta-nos que a AD francesa trata da produção de sentidos por meio do discurso, diferentemente das análises lingüísticas interpretativas, verificando os passos do processo discursivo, que para ela se dividem em três: *o enunciativo, o lingüístico e o discursivo*.

No dizer de Mattos, uma das tarefas básicas da AD, diferenciando-se dos estudos lingüísticos, é buscar “*trabalhar sobre o que, não dito, revela (e significa) e, principalmente sobre o que, dito, não revela (mas significa)*” (Idem, 1998, p. 11). Acrescenta que essa disciplina procura compreender a produção de sentidos presentes nos discursos, elaborados por sujeitos marcados social e historicamente.

A autora analisa o discurso do cotidiano em várias situações de uso procurando entender sua organização e suas características internas. Para isso recorre além das teorias da AD francesa, às teorias da enunciação e às teorias dos atos de fala, para entender, respectivamente, a situação de comunicação estabelecida pela linguagem e a partir da organização dos atos de fala perceber o discurso como atividade social, entendendo os atos de fala como condições em que ocorre a conversa.

Lembrando que o uso que a autora faz dessas teorias é de forma crítica e não usual, pois, seria impossível concilia-las com as teorias do discurso. Compartilhamos de duas idéias retiradas da análise feita por Mattos, pois acreditamos na relevância dessas para nossa análise, e passamos a explicitar agora.

A primeira idéia retirada do trabalho de Mattos é a de que em sua análise do discurso do cotidiano, este aparece de uma forma repetível, ritualística, possibilitando a análise científica desse discurso. Utilizamos essa idéia em nosso trabalho, postulando que os discursos políticos, no Brasil, possuem uma espécie de “enunciado ritual”, sendo, para nós, uma das características de sustentação dos discursos, independente do gênero: religioso, cotidiano, político.

Para Mattos, os discursos estão associados a um “ritual” que serve para consolidá-los; a autora tira suas evidências sobre o discurso do cotidiano. Acreditamos também que o discurso político constitui-se sobre um enunciado representativo de um “ritual”, que, apegado ao discurso, serviria para consolidá-lo, independentemente da época de sua manifestação material e historicamente localizável.

Ao analisarmos o enunciado, que aparece como um ritual “Fome Zero” do discurso de posse, do locutor Lula, percebemos que esse não se apresenta apegado aos rituais enunciativos, derivados dos discursos políticos liberais da história do Brasil, que tinham em sua materialidade discursiva e imaginária o efeito de sentido de guerra e de morte.

Localizamos, a título de exemplificação, três enunciados discursivos que possuem a marca de um enunciado “ritual” apegado aos discursos políticos e as idéias que constituem o discurso político liberal no Brasil:

1) “Liberdade ainda que tardia” – século XVIII, atrelado ao acontecimento histórico denominado *Inconfidência Mineira*;

2) “Independência ou Morte” – início do século XIX, atrelado ao acontecimento de independência diante da metrópole portuguesa.

3) “Ordem e Progresso” – final do século XIX, atrelado ao acontecimento de

nascimento do movimento republicano no Brasil e o fim da monarquia.

O primeiro enunciado que vem à memória histórico-discursiva é o “Liberdade ainda que tardia”, enunciado “ritual” da revolução social que aconteceu no Brasil (século XVIII) conhecida como *Inconfidência Mineira*. Nesse enunciado, está presente, ainda que não dito, a idéia de uma guerra (e a morte oriunda da guerra) entre a colônia brasileira e a coroa portuguesa, que custou a vida do inconfidente Tiradentes.

No segundo enunciado *ritual*, a “Independência ou morte”, a materialidade do “dito” está presente na idéia (e no significado) de guerra e morte, e podemos observar, devido à mudança na estrutura social consolidada de acabar com a subserviência à coroa portuguesa, que a guerra e a morte (caso tal evento acontecesse) eram questão de tempo.

O terceiro enunciado *ritual* “Ordem e Progresso”, também no “não dito” está presente a idéia (que significa) de guerra e morte. Se a corte brasileira não concordasse com a revolução republicana, iniciada e levada à execução pelos militares, com certeza, iniciaríamos uma guerra civil.

Todos esses enunciados transmitiam um significado muito forte, e a presença do efeito de sentido nos discursos, de morte e da guerra era uma constante. Agora, quando comparamos esses enunciados, que fazem parte do discurso sobre a história do liberalismo político (capitalista) implantado no Brasil, com o enunciado “Fome Zero”, o que esse enunciado “não dito” significa, que idéia nos vem?

A idéia de morte e guerra (que significava) nos discursos políticos liberais de nossa história não está presente na materialidade discursiva e histórica nesse enunciado ritual “Fome Zero” que direciona os efeitos de sentido transmitidos no discurso de posse do locutor- presidente Lula.

O início da monarquia brasileira, sob o comando de D. Pedro I, foi idealizada discursivamente e teve sua materialidade histórica significante constituída, o que se consolidou com o fim da dominação portuguesa no Brasil, a guerra não aconteceu, mas a mudança social ocorreu.

O enunciado ritual do movimento republicano, no Brasil, “Ordem e

Progresso”, provocou a mudança definitiva no processo de liberação do Brasil das antigas ideologias monarquistas, levando o nosso país a pisar na estrada da ideologia moderna do sistema capitalista, dominante no planeta no final do século XIX.

Pensando nessa situação, de um enunciado *ritual* como marca de um discurso, servindo para consolidá-lo, concluímos tomando por base essa idéia de *mudança* política no Brasil, marcada ideológica e lingüisticamente pela significação da guerra e morte iminentes, que o discurso analisado e o enunciado “Fome Zero” provocam no povo brasileiro e em sua memória discursiva uma intercompreensão constitutiva dos efeitos de sentido desse enunciado que não possui aquela dinâmica e vivacidade (material) dos discursos políticos liberais materializados no Brasil.

A segunda idéia que retiramos do trabalho de Mattos é que os enunciados aparecem no discurso como atos de fala, primeiramente, desenvolvida pelos estudiosos da linguagem das teorias da enunciação, como a Pragmática, que os concebe como marcas de alguma intenção dos falantes, como: resposta, afirmação, constatação. Em nosso estudo, os atos de fala devem ser encarados, de acordo com a perspectiva apontada por Mattos, como “conseqüência de um certo tipo de efeito de sentido produzido pelo imaginário social” (op cit., p. 52), ou seja, deve cumprir uma função social, determinada pela situação de comunicação e constitutiva do sentido, no nosso caso, o imaginário social e político através do discurso.

É possível subdividir os enunciados do discurso analisado como atos de fala, de acordo com orientação de Mattos, inseridos em uma prática social, mudando o foco estabelecido pela Pragmática. Os atos de fala como se encontram na materialidade desse discurso, distribuídos nos 35 parágrafos:

Parágrafo 1: Constatação/Acusação

Parágrafo 2: Afirmação/Declaração (1)

Parágrafo 3: Alerta/Perigo/Restrição

Parágrafo 4: Planejamento/Ação

Parágrafo 5: Alerta/Perigo/Restrição

Parágrafo 6: Entusiasmo

Parágrafo 7: Entusiasmo/Conclamação/Memória Histórica

Parágrafo 8: Memória Histórica

Parágrafo 9: Indignação/Planejamento/Ação

Parágrafo 10: Conclamação/Memória Histórica

Parágrafo 11: Planejamento/Ação

Parágrafo 12: Planejamento/Ação

Parágrafo 13: Constatação

Parágrafo 14: Planejamento/Ação

Parágrafo 15: Planejamento/Ação

Parágrafo 16: Constatação

Parágrafo 17: Crença

Parágrafo 18: Declaração (2)

Parágrafo 19: Planejamento/Ação

Parágrafo 20: Planejamento/Ação

Parágrafo 21: Exclamação

Parágrafo 22: Planejamento/Ação

Parágrafo 23: Afirmação/Declaração (1)

Parágrafo 24: Planejamento/Ação

Parágrafo 25: Planejamento/Ação

Parágrafo 26: Planejamento/Ação /Valorização

Parágrafo 27: Planejamento/Ação /Valorização

Parágrafo 28: Planejamento/Ação/Valorização

Parágrafo 29: Entusiasmo

Parágrafo 30: Alerta/Perigo/Restrição

Parágrafo 31: Declaração (3)/ Planejamento/Ação

Parágrafo 32: Declaração (4)/Pedido (1)/ Afirmação

Parágrafo 33: História Pessoal/Entusiasmo

Parágrafo 34: Entusiasmo

Parágrafo 35: Pedido (2)

O total de ocorrência dos atos de fala (em porcentagem) inseridos numa prática social, sobre o discurso analisado apresenta a seguinte estrutura:

12 TIPOS DE ATOS DE FALA	45 OCORRÊNCIAS SUBDIVIDIDAS EM 12 TIPOS DE ATOS DE FALA	TOTAL PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS TOMANDO POR BASE OS 35 PARÁGRAFOS
1) Constatação	3	8,6%
2) Acusação	1	2,8%
3) Afirmação	3	8,6%
4) Planejamento/Ação	15	42,8%
5)Alerta/Perigo/Restrição	3	8,6%
6) Declaração	5	14,3%
7) Entusiasmo	5	14,3%
8) Valorização	3	8,6%
9) Memória Histórica	3	8,6%
10) Pedidos	2	5,7%
11) História Pessoal	1	2,8%
12) Exclamação	1	2,8%

O ato de fala que caracterizamos como *Planejamento/Ação*, com o total de 15 ocorrências ou 42,8% dos 35 parágrafos do discurso analisado, é dedicado a explicação de como acontecerão as propostas para resolver os problemas sociais; os parágrafos 10, 11 e 12 tentam explicar resumidamente como acontecerá a reforma agrária; os parágrafos 14 e 15 estão relacionados ao esforço do governo, preocupado em resolver o problema do desemprego no Brasil; parágrafo 19, plano de reestruturação e aliança entre os poderes governamentais; parágrafo 20, desenvolvimento da poupança e mercado interno; parágrafo 22, plano de aliança comercial entre os países da América e o mundo; parágrafo 24, plano de reconstrução da América democrática; parágrafo 25, plano de cooperação mundial; parágrafo 26, 27 e 28, plano de valorização das organizações mundiais que defendem o interesse dos

países em desenvolvimento.

Os atos de fala, declaração/entusiasmo, com 5 ocorrências cada, correspondendo ambas a 14,3% do total dos 35 parágrafos, revelam-nos, nas declarações, o compromisso do sujeito do discurso com a reversibilidade dos problemas sociais no Brasil e, no entusiasmo, mostra-nos por meio da memória histórica/social, a luta do povo brasileiro por seus direitos e deveres em situações diversas.

Os atos de fala que designamos por constatação, afirmação, alerta/perigo/restrrição, valorização, memória histórica, que aparecem 3 vezes cada, representando 8,6% do total dos parágrafos do discurso, serviriam para explicar ao interlocutor povo brasileiro que o presidente Lula conhece a realidade desse povo e a urgência da realização das mudanças no seio da sociedade e na política brasileira.

No ato de fala que caracterizamos por pedidos, com 2 ocorrências, ou 5,7% do total do discurso, o primeiro pedido é utilizado para convocar o povo para acompanhar o presidente nessa empreitada de combate à fome, e o segundo, o pedido a Deus, serve para reforçar o pedido e esperar empenho da população diante de problemática social tão séria e terrível.

Os atos de fala história pessoal, exclamação e acusação, com apenas uma ocorrência ou 2,8% do total, refletem, o primeiro, a experiência de sofrimento do sujeito do discurso em sua própria história pessoal; o segundo, o de mostrar ao mundo a força do povo brasileiro diante de ameaças sociais e políticas internas e externas; e o terceiro, a impressão de desmembramento das políticas governamentais anteriores que não deram atenção às necessidades primeiras do povo brasileiro. De acordo com Mattos, a análise dos atos de fala nos auxiliaria na busca desejada da análise do discurso que se pretende estudar.

Agora, apresentamos os resultados por meio da seguinte tabela:

5 GRUPOS REÚNEM OS 12 TIPOS DE ATOS DE FALA	45 OCORRÊNCIAS SUBDIVIDIDAS EM 12 TIPOS DE ATOS DE FALA, REUNIDOS EM 5 GRUPOS	TOTAL PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS, TOMANDO POR BASE OS 35 PARÁGRAFOS AGRUPADOS EM 5 GRANDES GRUPOS
<i>Planejamento/Ação</i>	15	43%
declaração/entusiasmo	10	28,6%
constatação, afirmação, alerta/perigo/restrição, valorização, memória histórica	15	43%
Pedidos	2	5,7%
história pessoal, exclamação e acusação	3	8,4%

Podemos observar aqui a quantidade de aparições desses atos de fala, distribuídos na materialidade discursiva que, de acordo com Mattos, não se encara os atos de fala à maneira da Pragmática, que os considera apenas em sua representação de “performatividade”, sem considerar a relação social essencial no que se refere à atuação dos sujeitos na constituição do processo de significação do simbólico. No entanto, na AD francesa “*os mesmos atos são percebidos como efeitos de sentido produzidos, como gestos simbólicos – justamente porque aí se crê que o sentido não é evidente*” (1998, p. 52).

Se assim fosse poderíamos elaborar uma lógica sistematizada inerente ao discurso chegando a uma interpretação do sentido da realidade, sem entender, claramente, a heterogeneidade dos discursos criados e que os sentidos produzidos por esses variam dependente da formação social a que o sujeito está vinculado.

Poderíamos chegar a uma conclusão “definitiva”, observando o seguinte encadeamento da materialidade do discurso, reestruturando os atos de fala selecionados de forma lógica e coerente, como segue:

- 1) Constatação – C
- 2) Acusação – A
- 3) Afirmação – A1
- 4) Planejamento/Ação - PA
- 5) Alerta/Perigo/Restrição – APR
- 6) Declaração – D
- 7) Entusiasmo – E
- 8) Valorização – V
- 9) Memória Histórica – MH
- 10) Pedidos – P
- 11) História Pessoal - HP
- 12) Exclamação – E1

Tabela agrupadas na classificação da pragmática⁹:

Interdiscurso da ideologia da globalização				
C	A-A1- E-V-P-E1	APR- MH-HP	PA	D

Ou

Interdiscurso da ideologia da globalização
C ? A-A1-E-V-P-E1 ? APR-MH-HP ? PA ? D

No entanto, vale salientar que a utilização dessa tabela de compreensão do

⁹ Tabela inspirada na caracterização proposta por Mattos sobre a classificação dos atos de fala de acordo com a teoria de Searle atendendo as “exigências da pragmática” (1998, pág. 51).

objeto de análise da pragmática, sobre os atos de fala do discurso em questão, surge apenas na direção de entender o movimento do (inter)discurso no processo de sua entrada no discurso, uma vez que acreditamos que os discursos, *os ditos e não ditos*, que apresentamos, são exteriores e já veiculavam na sociedade brasileira há muito tempo. Esta tabela, que consideramos mais adequada, acomoda o interdiscurso da ideologia da globalização, a saber:

Interdiscurso da ideologia da globalização				
C	A-A1- E-V-P-E1	APR- MH-HP	PA	D

Ou

Interdiscurso da ideologia da globalização
C ? A-A1-E-V-P-E1 ? APR-MH-HP ? PA ? D

De acordo com Mattos, o trabalho do analista estaria terminado, restando apenas estabelecer as conexões entre os atos de fala para verificar o valor de legitimidade na performatividade do discurso, sem estabelecer as conexões entre os enunciados e a sua exterioridade - memória, história, diálogo - que é o que realmente interessa ao analista de discurso.

Seguindo pensamento semelhante, Dominique Maingueneau (1993) acredita que o analista de discurso deva entender os enunciados não como um fragmento da língua natural de uma formação discursiva, mas como amostra de um gênero de discurso, sendo necessário um contrato, representativo de um ritual que “constitui-se em signo de alguma coisa, para alguém, em um contexto de signos e experiências” (p.34).

Para Maingueneau, o discurso aparece como uma intersecção de muitos gêneros, não sendo possível delimitar uma unidade, como discurso político, panfleto, diálogo etc.; o analista deve fazer os recortes genéricos que lhe são pertinentes, devendo conhecer os tipos de coerções genéricas para entender que implicam condições para sua materialização, de diferentes ordens.

Em primeiro lugar, a condição comunicacional, que de acordo com Maingueneau, é onde se determina os lugares da enunciação e o ritual apropriado a essa enunciação, definindo o tempo/espaço da sua legitimação na história. E em segundo lugar, a condição estatutária, onde se localiza o enunciador genérico e o lugar apropriado ao co-enunciador. Essas condições nos levam a admitir que o “discurso pressupõe um lugar de enunciação afetado por determinadas capacidades, de tal forma que qualquer indivíduo, a partir do momento que a ocupa, supostamente a detém” (Idem, 1993, pág. 37).

Seguindo essa orientação, o estudioso acredita que cada discurso estabelece regras próprias ao seu gênero, de acordo com as formações discursivas, em que os gêneros possuem certo número de coerções genéricas, estabelecendo estatuto de sujeitos enunciadorees. Aqui, o sujeito do discurso é dependente sempre da formação discursiva que este se inscreve, sendo possível jogar com as coerções.

Na visão de Maingueneau, cada discurso, para ter validade, precisa de condições e ritual decididos *a priori*, e o que é tecido, efetivamente, estabelece um novo contrato, lembrando sempre a voz do passado para conseguir legitimidade, produzindo efeitos de sentido para sua platéia, sendo que, na AD francesa esses efeitos são impostos pela formação discursiva a que o sujeito se encontra assujeitado.

Maingueneau e Charaudeau (2004) entendem atos de fala como atos de linguagem, e para eles essa noção “deixa, atualmente, vários problemas não resolvidos, que concernem, entre outros, ao nível do sistema: seu inventário, sua delimitação (parece que se tem, de fato, um *continuum* de um ato a outro), sua classificação, sua universalidade; ao nível de seu funcionamento no discurso: a identificação dos valores que se ligam a um dado enunciado (geralmente há vários, diversamente organizados e mais ou menos negociáveis na interação. Essa noção é indispensável à descrição do funcionamento dos discursos e das interações” (p. 74).

Numa perspectiva análoga, encontramos o pensador Bakhtin, que admite em sua crítica a análise extremamente formal da linha de pesquisa da linguagem, reconhecida por ele como objetivismo abstrato, e que toda “enunciação, fazendo parte de um processo de comunicação ininterrupto, é um elemento do diálogo, no sentido amplo do termo, englobando as produções escritas” (1993, p. 15).

Quer dizer que podemos pensar que os enunciados articulados pelo locutor Lula está respondendo ao povo brasileiro o que ele, sujeito do discurso (dependente de sua FD), identificou como o maior problema que o povo brasileiro enfrenta: a fome. E pensar ainda em respostas ao sistema econômico mundial sobre os ajustes econômicos propostos à sociedade brasileira, uma infinidade de possibilidades discursivas para a elaboração desse discurso, num processo dialógico ininterrupto.

Reforçamos nossa idéia retomando Bakhtin que, em sua constante crítica ao objetivismo abstrato, menciona que uma análise puramente normativa não nos permitiria ter acesso a essa perspectiva de resposta do locutor Lula ao povo brasileiro e ao mundo. Então, de acordo com o autor, acreditamos que a “*enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída com tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala*” (1993, p. 98).

No trabalho de Pêcheux (1997), quando analisa o discurso como estrutura e como acontecimento, o filósofo chega à conclusão de que o enunciado “Ganhamos” repetido pelos eleitores franceses após o resultado das eleições presidenciais, que se materializa com o acontecimento “F. Mitterand foi eleito presidente da República”, transmitido pela mídia francesa, causa o efeito de sentido não de uma eleição presidencial, mas de uma partida de futebol.

Se analisarmos o enunciado ritual “Fome Zero” que está atrelado ao discurso de posse do presidente Lula não encontramos aquela vitalidade discursiva inerente aos outros enunciados que nos vêm à memória, resgatando a história da formação da sociedade liberal brasileira.

Comparando o enunciado “Fome Zero” com os enunciados marcantes de nossa história tradicional o *Libertas, quae sera tamen* (liberdade, ainda que tardia), o *Independência ou Morte* de D. Pedro I e o *Ordem e progresso*, podemos observar que esse enunciado articulado pelo locutor Lula não nos transmite idéia de segurança e credibilidade, indo de encontro à idéia de que as pessoas estariam dispostas a correr o risco de perder sua própria vida, por acreditarem num ideal de mudança rumo à liberdade.

Um efeito de sentido que ocorre é com relação à responsabilidade pela

realização de tal empreendimento social, acabar com a fome do povo brasileiro: isto é, se isto não ocorrer em quatro anos de mandato, se não notarmos nenhuma mudança significativa nas porcentagens e estimativas sobre a população faminta, o que acontecerá? Como vivemos em uma sociedade neoliberal, democrática, racional, com certeza nada ocorrerá, o ritual por trás do enunciado “Fome Zero” perde aquele efeito de sentido ligado à idéia de luta e perigo que existe nos bastidores dos acontecimentos políticos, resgatados na história do liberalismo no Brasil.

Após articularmos nossos comentários sobre a heterogeneidade dos (inter)discursos mobilizados e seus possíveis atos de fala na tentativa de chegar à compreensão do efeitos de sentido do discurso em questão, verificamos que esses variam dependendo da formação discursiva e ideológica a que o sujeito está vinculado. Nessa direção, queremos nos deter, no próximo item, nos aspectos identitários desse sujeito/locutor.

CAPÍTULO IV

1. O SUJEITO DO DISCURSO E O PROCESSO IDENTITÁRIO

Como sugerem Charaudeau e Maingueneau, a identidade do sujeito do discurso trabalhada pela AD constrói-se de duas formas diferentes; diferentes, porém, complementares, que se materializam “*na articulação com o ato de enunciação: uma identidade dita pessoal, uma identidade dita de posicionamento*” (2004, p. 266).

Para esses estudiosos, é preciso considerar que esse construto “*caracteriza a posição que o sujeito ocupa em um campo discursivo em relação aos sistemas de valor que aí circulam, não de forma absoluta, mas em função dos discursos que ele mesmo produz. Esse tipo de identidade inscreve-se então em uma formação discursiva*” (op.cit., p. 267).

Uma das características do discurso é essa relação polêmica que os sujeitos criam para dar sustentação à sua argumentação. No caso do discurso que analisamos, o locutor Lula prioriza sua polêmica em relação ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), pois este representa o partido contraditório, o “negativo” do discurso, numa forma de preservação de sua identidade.

Nesse sentido, no primeiro parágrafo do discurso analisado, é possível verificar que uma das estratégias utilizadas pelo sujeito do discurso, para preservar sua identidade, é a de se contrapor ao governo anterior, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na materialidade do discurso: “*Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades*” (Parágrafo 1).

De acordo com Maingueneau (1993), todo discurso mantém relação essencial com elementos *pré-construídos*, produzidos em discursos anteriores, acontecendo diferentes formulações possíveis de enunciados no interdiscurso; nessas formulações, existem dois eixos, o vertical, pré-construído (memória) e o horizontal, linearidade do discurso, onde ocorre o apagamento efetuado pelo sujeito do discurso do primeiro eixo.

O que ocorre é que, em um dado momento, uma formação discursiva é associável a certos trajetos interdiscursivos e não a outros, e isto integra sua especificidade, ou seja, o sujeito do discurso utiliza a estratégia de atacar o governo anterior de forma a dar sustentação à sua plataforma de governo.

A questão da “Reforma Agrária”, que foi tratado do parágrafo 10 ao parágrafo 13, e o problema do desemprego, nos parágrafos 14 e 15, também são utilizados, no discurso pelo locutor Lula, como uma forma polêmica àquilo que o governo anterior *se esqueceu* de realizar, em que é possível verificar o entrelaçamento com o interdiscurso da ideologia da globalização. O governo anterior, para o locutor, empenhou-se especificamente em dar credibilidade econômica ao país diante dos interesses do capitalismo da globalização (FMI e Bancos Internacionais).

Para dar credibilidade aos seus argumentos, e considerando a memória do interlocutor povo brasileiro, o locutor Lula explica que a Reforma Agrária (e não os assentamentos) deva ocorrer de forma “pacífica, organizada e planejada” (Parágrafo 10). E a questão do emprego é utilizada pelo locutor como algo mais fácil de acontecer, como se no governo anterior esses esforços fossem desviados, numa ludibriação à população brasileira, conforme o excerto: “*Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão*” (Parágrafo 14).

Cabe aqui articularmos a noção de identidade, trabalhada pela AD francesa, que é definida por Coracini (2003) “*no sentido de processo identitário*”, trata-se de um “*processo complexo e heterogêneo, do qual só é possível capturar momentos de identificação*” (p.198).

É possível observar que esses processos de identificação do sujeito presentes no discurso, seguindo a mesma reflexão citada anteriormente, ocorrem quando o “*sujeito é interpelado pela ideologia, o indivíduo transforma-se em sujeito e o seu dizer adquire sentido, ao resignar dizeres das formações discursivas que o constituem*” (CORACINI, 2003, p. 224). Para alcançar o mundo e as suas significações simbólicas, por meio do discurso, o locutor se constitui no discurso como (in)completo, (in)definido; estamos considerando, em nossa análise, a complexidade que envolve esse sujeito, em seu processo de identificação.

Diante dessas dificuldades, a trajetória do analista da AD é a de buscar elementos da exterioridade (interdiscurso) como vestígios apresentados no discurso materializado (intradiscurso), como nos esclarece Coracini, a fim de fornecer informações sobre a identidade do sujeito do discurso, e esse

gesto de interpretação se dá na relação interdiscursiva e intradiscursiva, por acreditar que os vestígios deixados no fio intradiscursivo permitem fazer emergir, do interdiscurso (memória discursiva), o conflito e a contradição, inerentes à constituição do sujeito e de seu discurso (2003, p. 270).

Vale mencionar que os analistas da AD são absorvidos por essa (in)satisfação diante da (in)definição característica da constituição do sujeito do discurso e do próprio discurso, Isso ocorre por ser o sujeito *“heterogêneo, a autonomia do sujeito é uma ilusão, pois ele não é dono absoluto de seu dizer, assim como lhe escapa o controle dos efeitos de sentido que seu dizer causa, já que as palavras são sempre, e, inevitavelmente, as palavras do outro”* (CORACINI, 2003, p. 271).

Aspectos importantes, ressaltados pelos estudiosos da AD, tais como a relação do sujeito do discurso com os enunciados produzidos, as condições de produção do discurso de posse e o acontecimento materializado no discurso, como no caso do discurso de posse do presidente Lula, que analisamos, tornam-se tão fluidos, pois, observamos algumas etapas por que passam os discursos até sua manifestação material.

O presidente do Brasil, Lula, ex-torneiro mecânico, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, ex-líder sindical da década de 70, do século passado, ex-preses político e sindical, deixa bem distante suas antigas convicções ideológicas para assentar-se num programa material de governo, de direita, capitalista, burguês, aliado a partidos de “esquerda” (não temos certeza se existe isso no Brasil!), centro e direita. Podemos verificar essa situação quando o governo aceita o pagamento da dívida externa e as exigências de desenvolvimento, impostos arbitrariamente e estabelecidos pelos bancos mundiais e o FMI. No nível discursivo, tais aspectos ficam perceptíveis em sua materialidade, quando o locutor Lula utiliza o adjetivo *sustentável*, que

significa “poder se manter por longo período”, a saber:

*Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do **crescimento sustentado**¹⁰ para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado (Parágrafo 14).*

É pertinente dizer que há na internet várias biografias do presidente Lula, locutor do discurso político que analisamos. No portal Terra, por exemplo, pode-se verificar a passagem em que o economista e deputado Delfim Neto aponta para um PT de discurso social-democrata, que deixa de lado o antigo discurso socialista, que se espelha, principalmente, na visão de mundo de Che Guevara (imagem de um herói revolucionário na história da América Latina) e o seu socialismo cubano.

No entanto, é nítido para nós, a partir dos enunciados analisados, que o locutor Lula aplaude mais um capitalismo tardio, nem social-democracia e muito menos neoliberal. Esse sujeito utiliza muito os termos *estagnação, desemprego e fome*, embora privilegie em seu discurso *a fome, vergonha nacional*. A esse respeito, trazemos um parágrafo para exemplificar: “*Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha*” (Parágrafo 9).

Pode-se observar, também, os termos *impasse econômico, social e moral*, em que é apontada como solução *tratar com justiça todos os seus filhos*; os brasileiros sentem *dor, miséria e medo*, mas é necessário somente realizarmos um *mutirão contra a fome*, pois isso é um marco negativo para nossa *história*. Tais enunciados parecem cair numa situação paradoxal, pois diante das exigências dos discursos neoliberais (principalmente E.U.A. e a União Européia), o Brasil surge como país *industrializado*

¹⁰ Grifos nossos.

que possui amplo e *diversificado parque produtivo*, o que não parece justificar um discurso que fala em acabar com a fome.

Essa *vergonha histórica*, a fome, que o locutor enfatiza, mobiliza o interdiscurso, que é exterior e anterior ao discurso, de acordo com Brandão (2002), nos revelando a presença de uma ideologia capitalista individualista, existencial e desumana, podendo ser comparado aos discursos proferidos durante as Revoluções Industriais no mundo, em que não encontramos o socialismo ou a social-democracia, muito menos o pensamento neoliberal.

Nos estudos da AD francesa, na visão de Brandão, cabe ressaltar a posição sócio-histórica do sujeito do enunciado, observando as relações entre o locutor, os seus enunciados e o mundo que o rodeia; sendo o discurso caracterizado pelo que se acrescenta aos dizeres. Então, no nosso entender, quando o locutor Lula emprega os termos *Reforma da Previdência, Reforma Tributária, Reformas Políticas e a Legislação Trabalhista* ele está mobilizando também as aspirações primeiras do povo brasileiro, as incertezas sobre o acontecimento da Reforma Agrária no Brasil, pois joga com o desejo e o imaginário do povo brasileiro, provocando o efeito de sentido de estar preocupado com o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

Na perspectiva adotada neste trabalho, cabe salientar a importância dos efeitos de sentido, produzidos pela mídia brasileira em torno do sujeito do discurso, analisado em nossas discussões, que, no mínimo, nos levam a imaginar a criação de uma imagem dúbia, ou que pode nos levar a total falta de relação entre a imagem produzida e os seus efeitos de sentido com o político militante observado em sua materialidade discursiva.

Convém explicitar ainda que, a partir de 1978, quando o Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha como presidente o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, desafia a autoridade do regime militar político no Brasil, deflagrando greves gerais entre os metalúrgicos e, com a abertura política que privilegiava a criação de novos partidos, contra o bipartidarismo (ARENA e MDB), os discursos petistas passam a ser utilizados como forma de fazer política.

Feitas nossas observações a respeito da constituição do sujeito Lula neste

discurso de posse, na seqüência, apresentamos os possíveis efeitos de sentido que emergem dos interdiscursos que perpassam o pronunciamento em questão.

2. INTERDISCURSOS E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS DE SENTIDO

Prosseguindo nossa análise, teceremos comentários sobre o discurso do projeto “Fome Zero” que surge atrelado ao interdiscurso da ideologia da globalização, a partir das articulações teóricas de Chareaudeau & Maingueneau (2004) de forma explícita, já mencionadas nos itens anteriores do presente trabalho.

2.1. A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO PRONUNCIAMENTO DE POSSE

Articulamos nossa análise, partindo da presença de discursos contemporâneos de outros gêneros de forma explícita (CHAREAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 286) na materialidade do discurso de posse do locutor Lula, sendo que, para nós, a ideologia da globalização é quem controla o que pode ser dito a respeito do desenvolvimento econômico, social e cultural dos países do mundo. Discursos distintos para países desenvolvidos e subdesenvolvidos, divisão necessária no atual sistema capitalista que defende a liberdade extrema de comércio, sem a interferência direta dos Estados (nações).

Na caracterização do interdiscurso da ideologia da globalização de forma explícita no discurso de posse do presidente Lula, concordamos com Coracini quando afirma que nos dias atuais vivemos

um período que muitos acreditam se caracterizar de crise de identidade provocada, em grande parte, pela ideologia da globalização, que, ainda que o neguem seus defensores, pretendem a centralização e a homogeneização de tudo e de todos: as diferenças só são respeitadas na medida em que elas garantem a manutenção ou a criação de um novo mercado de consumo (2003, p. 13).

Refletindo sobre tal situação, pretendemos lançar nossas observações sobre os interdiscursos da “ideologia da globalização” que só dizem respeito às condições de mercado de consumo, presentes na materialidade do discurso de posse do presidente Lula e no enunciado “Fome Zero”, em que se erige toda plataforma (ideológica) governamental de política sustentável do Brasil.

Com relação a uma definição sobre a ideologia da globalização, mesmo diante da insuficiência semântica de uma significação científica ideal, Coracini nos evidencia a formação de dois grupos de especialistas: “céticos e globalistas” (2003, p. 102). Arriscando-nos, afirmamos com a autora que é possível encarar a ideologia da globalização como

provável que a explicação do momento que atravessamos se encontre na miscigenação, na interpenetração dos dois pólos, no conflito provocado por vozes dissonantes, heterogêneas, que mesclam o desejo de unidade e sua impossibilidade, o direito e o avesso, o centro e as margens, que apagam as fronteiras, fluídas e arbitrárias, entre os povos, as nações, os grupos sociais, os indivíduos (...) (p.103).

Sendo assim, pelo recurso da interdiscursividade, analisamos o discurso do Presidente Lula, verificando como este se apóia estrategicamente no discurso da ideologia da globalização para validar sua argumentação. Dessa forma, garante um valor de verdade sobre o efeito de sentido da fome do povo brasileiro em seu discurso, num assujeitamento à autoridade dessa ideologia a fim de atribuir credibilidade ao seu discurso, como se pode verificar:

*‘Mudança’; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um **modelo** que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades (Parágrafo 1).*

Para nós, esta passagem aponta a ideologia preponderante do partido político (PT), caracterizando o presidente Lula, como sujeito de seu discurso. O problema é que a crítica ao modelo adotado pelo governo anterior, do ex-presidente Fernando Henrique, não é pertinente, pois, o locutor do discurso em pauta *se esquece* que terá de se submeter às mesmas exigências. Para o locutor Lula, o interlocutor povo brasileiro entende e apóia suas críticas ao antigo modelo.

É interessante verificar que o locutor Lula dialoga com o interlocutor povo brasileiro, em forma de agradecimento, aproveitando para criticar o antigo *modelo* (atual da ideologia da globalização) do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, *esquecendo-se* de que terá que se submeter ao mesmo modelo.

Nessa relação do discurso do locutor Lula com a política externa, está evidente, na materialidade lingüística, a ideologia da globalização da economia que atravessa todo o fio discursivo, como verdade considerada acima dos contextos históricos e sociais, sendo válida para todos os brasileiros.

De acordo com Cardoso (2003), a AD francesa acredita que o sujeito do discurso passa por dois tipos de *esquecimento* (Pêcheux e Fuchs, 1975), então, este cria uma discursividade ilusória. No *esquecimento número 1*, o sujeito está convicto de que é a origem daquilo que diz e a fonte exclusiva do sentido do seu discurso. Sendo que, “o lugar desse esquecimento é de natureza inconsciente e ideológica, uma zona inacessível ao sujeito, aparecendo exatamente, por essa razão, como o lugar constitutivo da subjetividade. (...)” (CARDOSO, 2003, p.50), podendo ser evidenciado no trecho: “*uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos*” (Parágrafo 2).

O assujeitamento que consideramos é aquele que admite a dominação intra e interdiscursivamente, sem a permissão do locutor Lula. Este nega em seu discurso que terá que se submeter, da mesma forma que seu antecessor o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, às coerções políticas da ideologia da globalização.

O *esquecimento número 2* de Pêcheux, também comentado por Cardoso, ocorre “*por meio de determinadas operações, o sujeito tem a ilusão de que o discurso reflete o*

conhecimento objetivo que tem da realidade” (2003, p. 51), como segue: “*Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro*” (Parágrafo 3).

O locutor do discurso utiliza o termo *projeto* para descrever sua estratégia de política governamental, retomando novamente o diálogo interdiscursivo com a ideologia da globalização, atrelado à dominação ideológica dos países de capitalismo desenvolvido, como se nota na passagem: “*Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro **projeto** de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico*” (Parágrafo 4).

Para nós, seguir tal estratégia argumentativa a partir da ideologia da globalização significa se calar diante dos graves problemas sociais que afetam diretamente a vida dos brasileiros: como explicar ao miserável que ele terá que esperar a economia se estabilizar, como controlar a fome, a miséria? Verificamos isso no trecho a seguir:

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores (Parágrafo 5).

O locutor Lula continua o discurso demonstrando sua preocupação com o futuro do Brasil, parecendo *esquecer-se* dos compromissos já firmados com grupos que sustentam a ideologia da globalização: “*Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo*” (Parágrafo 6).

Para atingir seus objetivos, o locutor considera sempre a participação efetiva do interlocutor povo brasileiro, agarrando-se à história e à memória desse povo para enfrentar situações calamitosas, contando com todos para o resgate da identidade do povo brasileiro (povo guerreiro, lutador):

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome (Parágrafo 7).

O discurso da ideologia da globalização parece provocar o efeito de sentido de não admitir a miséria, a fome, no entanto, parece também não solucionar esse problema presente na história dos países subdesenvolvidos; o locutor que analisamos parece convicto quando diz que o povo brasileiro apóia o projeto “Fome Zero”, mas a questão que se impõe é: como eliminar o problema da fome, diante das exigências econômicas impostas pela ideologia da globalização? Fica claro que acabar com a fome não está na *ordem do discurso*, a não ser que esse projeto tenha alguma finalidade comercial. Estar na “ordem do discurso” significa aceitar que em todas as sociedades a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída, conjugando poderes e perigos (FOUCAULT, 1995).

A esse respeito, cremos que existe um desnivelamento entre os discursos: os discursos que se dizem no correr dos dias e das trocas, e que passam *com o ato mesmo que os pronunciou*, e os discursos que estão na origem mesmo de um certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles. A relação do texto primeiro com o texto segundo permite construir novos discursos, permite trabalhar o acaso do discurso, permite dizer algo além do texto mesmo, pois *o novo* não está no que *é dito* mas no *acontecimento* de sua volta (Idem, 1995).

O desafio que se apresenta é como criar um projeto verdadeiramente eficaz que elimine a miserabilidade de quase 1/3 da população brasileira? Parece algo impossível, pois, como afirma o locutor Lula, o Brasil “*industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome*” (Parágrafo 8).

Na perspectiva do discurso da ideologia da globalização existe a preocupação com relação à miséria mundial, mas não se aplica aos investimentos internos sugeridos para os países de *economia sustentável* como a do Brasil: “*Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de*

'Fome Zero'' (Parágrafo 9).

Parece-nos que os interlocutores desse pronunciamento também estão comprometidos com a ideologia inerente às suas necessidades imediatas. A dominação ideológica, em alguns casos, é quase total, a pessoa não tem consciência que está sendo controlada, vigiada, alienando-se, assujeitando-se, uma vez que é muito complicado interagir com a sociedade, sem se atrelar aos interesses ideológicos dominadores da ideologia da globalização: *“Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos”* (Parágrafo 11).

Agora, o discurso causa o efeito de sentido de estar preocupado em atender aos interesses das elites intelectualizadas que administram o Estado, sendo os discursos políticos atrelados à ideologia dessa instituição social. Interdiscurso que também ganha força na materialidade discursiva desse enunciado.

Outra forma de escapar da dominação ideológica da globalização seria defender o Brasil, como nação soberana no mundo, respeitando a produção interna e as exportações:

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano (Parágrafo 12).

Aqui, o efeito de sentido produzido é que a solução do problema da distribuição de terras, por meio de Reforma Agrária justa, constitui um avanço social e uma forma de garantir autonomia social no que diz respeito à dominação ideológica da globalização: *“Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda”* (Parágrafo 13).

Vale dizer que no momento em que vivemos não se pode ignorar o processo de globalização do mundo contemporâneo. Diferentes culturas estão constantemente em contato e novas identidades estão continuamente sendo construídas como resultado da

relação sócio-econômica entre essas diferentes culturas. Portanto, a identidade do sujeito do discurso está permanentemente em processo de mudança e transformação, sujeita não somente à sua trajetória pessoal, mas também ao momento histórico-social em que está inserida.

*Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do **crescimento sustentado** para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado (Parágrafo 14).*

Nesse argumento do locutor Lula ocorre novamente a interferência do interdiscurso da ideologia da globalização, sempre retomado para dar sustentação à sua argumentação *numa visível preocupação* com os destinos do país, alinhando às exigências desse interdiscurso dominante:

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social (Parágrafo 15).

A complexidade dessa relação interdiscursiva com a ideologia da globalização produz o efeito de sentido de que os países do terceiro mundo não estão preparados, tecnologicamente, para enfrentar as exigências da economia de mercado mundial, os que controlam os discursos, ditando o que pode ou não ser dito, não esclarecem como superar desequilíbrios sociais inerentes às particularidades de cada país na era da globalização da economia.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social (Parágrafo 16).

É retomada, no discurso, a preocupação do sujeito com a situação de miserabilidade em que se encontra o povo brasileiro, porém, ao que nos parece, a preocupação central é com o controle dos níveis de inflação e com o pagamento assegurado da dívida externa, devido às amplas restrições de mercado impostas pela ideologia da globalização: *“Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao **desenvolvimento sustentado do País**”* (Parágrafo 18).

Outro recorte vem evidenciar a presença das regras intradiscursivas¹¹ do interdiscurso da ideologia da globalização: *“O Brasil pode e deve ter um **projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista**, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los”* (Parágrafo 19).

Pode-se inferir que o projeto governamental deve relacionar-se ao mundo, ou melhor, às exigências da ideologia da globalização, não existe restrição para limitação econômica com o descumprimento desse pacto mundial.

*O ponto principal do **modelo** para o qual queremos caminhar é o da ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia. Sobretudo vamos produzir* (Parágrafo 20).

¹¹ “O intradiscurso opõe-se ao interdiscurso como as relações entre os constituintes do discurso opõem-se às relações desse discurso com outros. Mas é preciso recusar toda representação que oporia um interior e um exterior do discurso como dois universos independentes. As problemáticas do dialogismo ou da heterogeneidade constitutiva mostram que o intradiscurso é atravessado pelo interdiscurso” (MAINGUENEAU, 1993, p.90).

Novamente, o interdiscurso da ideologia da globalização surge como modelo estabelecido para os países subdesenvolvidos que queiram viver melhor na era do capitalismo mundial. O interdiscurso sempre batendo à porta e dando sustentação à argumentação desse processo discursivo.

*Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa **política externa** refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas (Parágrafo 21).*

O discurso em questão deixa transparecer, por meio de uma argumentação consistente, que o sujeito está preocupado apenas com questões de ordem econômica e da expansão de mercados consumidores, não existindo mudança no sistema de pagamento dos juros de nossa antiga dívida externa, que nunca acaba apenas se amplia; não está na *ordem do discurso* da era da globalização falar sobre como solucionar problemas sociais internos.

*Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o **MERCOSUL** e a **União Européia**, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento (Parágrafo 22).*

Remetendo-nos aos estudos foucaultianos, abordados no livro “*A Ordem do Discurso*”, verifica-se a importância de uma leitura mais reflexiva e consciente de seus conceitos, sobre quem está, de certa forma, “*autorizado a falar.*” Analisar as relações de poder-saber, veiculadas na sociedade, permite-nos começar a identificar as características e práticas particulares que têm efeitos perigosos, dominadores ou negativos. Ter um “*novo olhar*” para os mecanismos de nossas instituições políticas, questionar a “*verdade*” de nossos próprios e cultivados discursos e examinar aquilo que

faz com que sejamos o que somos podem nos abrir possibilidades de mudanças na nossa prática política.

Para fazermos o contraponto, lembramos que o pronunciamento em pauta é veiculado na mídia por um operário-presidente, em que se articula a questão de que a esquerda, o povão está no poder, representado por um político que saiu do Nordeste, chegou a São Paulo criança de barriga grande.

Parece-nos que ao se definir Lula como operário, ainda na fase de líder sindicalista, está se fazendo uma exclusão. O ato de nomear é um ato de poder, pois, ao se criar a diferença, está se cometendo um ato de hierarquização, onde as fronteiras de incluídos e de excluídos se pontificam. O interesse político é tão hierarquizado que, ao se dizer que Lula não é mais de esquerda, é mostrar que ele foi de esquerda, ou que é de centro, ou que não briga com os interesses políticos de uma sociedade capitalista. Nesse jogo de diferenças, o espaço do poder age, comanda, subordina a cadeia identitária, privilegiando os interesses utilitaristas de um momento político. Isso leva-nos a questionar se identidade, então, ao invés de marcar seres do mundo, constrói sujeitos e suas respectivas identidades.

Por outro lado, imaginemos a força dos protagonistas do discurso da ideologia da globalização, ao pensarmos no bloco econômico Mercosul que o Brasil representa: qual seria a influência desse bloco diante dos E.U.A. e da União Européia? Agora, se pensarmos no Brasil isoladamente, qual seria o peso das decisões políticas e econômicas na era da globalização da economia? Nos recortes analisados, fica claro que não existe um caminho para as nações subdesenvolvidas, existe apenas obediência à autoridade da ideologia dominante no mundo atual.

*Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu **modelo** de desenvolvimento (Parágrafo 23).*

É válido dizer que o modelo que o sujeito do discurso menciona já estava pronto muito antes de sua presença no governo, ou seja, é a antiga cartilha aceita pelo governo

do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Parece-nos que não existe esperança de aceitação de modelo expansionista individual, o Brasil e os demais países subdesenvolvidos do mundo apenas seguem orientações e regras impostas pela ideologia da globalização: “*A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma **América do Sul** politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social*” (Parágrafo 24).

Novo ajustamento argumentativo, agora lembrando e incorporando o interdiscurso da ideologia da América do Sul (globalização) socialista sob inspiração de Che Guevara e onde encontramos uma quantidade expressiva de presidentes atrelados a ideologia do interdiscurso marxista-socialista-leninista (ex-stalinismo).

Esse assujeitamento ao discurso dominante da atualidade é involuntário, pois se sabe que nenhum país se submete por decisão própria, é uma consequência da atual conjuntura econômica mundial, não há como fugir das amarras dessa dominação ideológica, pensar em mudar o Brasil é quase impossível. Agora, mudar a América Latina, grande produtora de matéria-prima e mão-de-obra baratas, é sonho amplo demais.

É necessário lembrar que o efeito de sentido de democracia e de liberdade que estão presentes no interdiscurso da ideologia da globalização é o da liberdade de ampliação dos mercados consumidores, de segurança e de manutenção dos interesses dos grandes mercados particulares, livres das imposições comerciais e regras econômicas próprias de cada país, a saber: “*A democratização das **relações internacionais** sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado*” (Parágrafo 25).

No recorte seguinte, podemos verificar a construção da imagem de democrata que o locutor do discurso quer passar: “*Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as **Nações Unidas**, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais*” (Parágrafo 26).

Ao refletirmos sobre esse argumento, ocorre-nos que este é quase insustentável, tendo em vista que quando os E.U.A. tomam alguma decisão, como quando na guerra

contra o Iraque, a influência das decisões dos representantes das Nações Unidas sobre os líderes norte-americanos é nula. A guerra aconteceu contrariando as decisões de quase todos os membros dessa instituição que possui representantes de quase todas as nações do mundo: *“Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes”* (Parágrafo 27).

Parece-nos evidente que não existe, na ideologia da globalização, compromisso com os interesses dos países subdesenvolvidos, existe sim um modelo pronto para esses países, que não podem ameaçar a soberania dos países desenvolvidos que criam as regras comerciais de alcance mundial.

A ideologia da globalização parece não assegurar tranqüilidade nem aos países ricos, uma vez que o século XXI começa, de acordo com os especialistas, com o ataque do “11 de setembro” contra os E.U.A. em que fica claro para todas as nações que não existe segurança contra o terrorismo no mundo. No entanto, temos: *“Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do **Direito Internacional**”* (Parágrafo 28). A esse respeito, ainda temos: *“Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da **América**, o bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença”* (Parágrafo 31).

Remetendo-nos à trágica história do Brasil, lembramos que fomos o último país a acabar com a escravidão no mundo, a proclamação da nossa república democrática liberal na América foi a mais tardia, então, se dependermos da nossa lenta “evolução” histórica não acreditamos que o projeto “Fome Zero” escape dessa rotina.

*Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso **projeto** nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até*

mesmo do Estado (Parágrafo 29).

O sujeito do discurso de posse que ora analisamos, como anuncia em sua argumentação, foi um dos representantes da classe trabalhadora e conhece muito bem quais são as reais necessidades desse *povo calejado e sofrido*, porém, a elite que o mantém no poder faz um trabalho ideológico tão intenso que ele acaba *se esquecendo* de sua origem humilde.

Agora o possível efeito de sentido do discurso do locutor Lula repousa na questão de não dar garantias de sucesso do famigerado projeto, pois fica evidente que ele está apenas preocupado com a manutenção dos mercados consumidores, única lei existente e controlada sistematicamente pelos países desenvolvidos e os bancos internacionais com os quais está comprometido o Brasil e o seu povo. Eis o recorte:

*Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no **mundo** com nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença (Parágrafo 34).*

Importante mencionar que disso podemos inferir que a nossa elite (social e intelectual brasileira) não acredita em Deus. Não é moda, não é científico, não veio do estrangeiro, não é europeu e muito menos “americano”. Deus não está na *ordem do discurso* da elite brasileira, não fundou discurso algum no Brasil, a nossa elite tem fé em duendes, fadas, príncipes e princesas, reis e rainhas. Se *Deus é brasileiro*, infelizmente, deve estar com fome também, de orações, é claro: “*Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos 4 anos. Viva o povo brasileiro!*” (Parágrafo 35).

Detectamos uma última mudança estratégica do locutor Lula em seu discurso de

posse que surge de certa forma muito eficaz e que dará sustentação ao discurso analisado a partir do atravessamento do interdiscurso da ideologia da Igreja Católica no Brasil, finalizando-o.

Esse interdiscurso da ideologia da Igreja Católica, que aparece agora na materialidade discursiva, apresentada pelo locutor Lula, representa a importância desse (inter)discurso na constituição da sociedade brasileira em seus aspectos sociais, políticos, culturais etc., que, por assim dizer, acompanhou a formação dos vários discursos materializados em nosso país.

A interferência da ideologia da Igreja Católica nos discursos veiculados no Brasil se faz notar pela referência histórica aos religiosos jesuítas, já presentes na embarcação de Pedro Alvarez Cabral, ao se defrontar com o paraíso prometido por Deus, quando da chegada dos portugueses ao Brasil. Outro aspecto apontado por Orlandi (1990), a ciência, a política social e a religião no início do processo de colonização do Brasil serviam para apagar da identidade nacional a imagem do índio, sendo que esta última, além disso, serviu para silenciar o indígena, mas estas se *“apresentam como três modos de domesticar a diferença: a primeira pelo conhecimento, a segunda pela mediação e a terceira pela salvação (catequese)”* (p. 57).

É preciso dizer que a primeira missa celebrada no Brasil consagra a presença dominadora da ideologia da Igreja Católica no Brasil, na nossa sociedade, que já se encontrava inscrita na carta de nascimento do Brasil, escrita pelo escrivão Pero Vaz de Caminha: *“Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, armaram altar ao pé dela. Ali disse a primeira missa o padre frei Henrique, e ali estiveram conosco, assistindo a ela, perto de 50 ou 60 deles (índios), assentados todos de joelho assim como nós”* (PILETTI, 2002, p. 21).

A presença dos jesuítas é marcante na fase do Brasil colonial. Os religiosos integravam à Companhia de Jesus, criada por Ignácio de Loyola, e que teve sua primeira sede além-mar, fora da Europa, no Brasil; de acordo com os historiadores seria impossível escrever o processo de colonização portuguesa que ocorreu no Brasil sem as informações advindas dos relatórios escritos por tais religiosos:

Acima de todos, porém, paira a figura majestosa de Antônio Vieira, o maior dos oradores da língua portuguesa. Não fossem as cartas e relatórios minuciosos desses homens – os jesuítas praticamente não davam um passo sem registrá-lo –, seria praticamente impossível reconstituir a história do Brasil-colônia (Idem, op. cit., p. 33).

Durante o Brasil monárquico, a Igreja Católica atingiu o patamar de religião oficial do Estado (garantido por meio do artigo 5º da Constituição de 1824). Essa situação permanecerá inalterada até a proclamação da República no Brasil. Ou seja, a ideologia da Igreja Católica encontra aqui seu momento de “medievalismo europeu”, vínculo entre a igreja e o Estado na sociedade brasileira, e é uma das vozes presentes nos discursos políticos do liberalismo monárquico proposto pelo economista Adam Smith, aqui no Brasil.

No Brasil republicano, a igreja e o estado estão separados, mas essa separação na realidade apenas confirma ainda mais o crescimento da Igreja Católica na sociedade brasileira em que se amplia o número de paróquias com a chegada de imigrantes. Já nesse período, a Igreja Católica começa a enfrentar o aparecimento de tendências religiosas dos descendentes afro-brasileiros, protestantes e orientais, trazidos pelos imigrantes.

Mais recentemente, um aspecto que veio dar vida nova a voz do discurso da ideologia da Igreja Católica foi a vinda do papa João Paulo II, em julho de 1980 ao Brasil, que harmonizou a fé dos católicos que se encontrava enfraquecida. É importante ressaltar que essa data coincide com a criação do PT, que trabalha com essa ideologia e, também, com a criação do MST, em que é possível observar que tais discursos se apóiam na proposta de ajuste social que estava, novamente, sendo despertada após anos de dominação militar.

O que gostaríamos de salientar é que esse projeto anunciado pelo locutor Lula, “Fome Zero”, tem suas origens na vida religiosa e pertence ao discurso da ideologia da Igreja Católica. No nosso entender, é compreensível que essa igreja se preocupe com o flagelo da fome, no entanto aqui esse enunciado ganha vitalidade, dinamismo, uma vez que pode ser encarado como enunciado “ritual”, atrelado ao discurso político analisado, o que não cria o efeito de sentido de *custe o que custar*, representado pelos enunciados

“rituais” que encontramos na história da política liberal no Brasil.

Diante do exposto, fica claro para nós que a análise da materialidade do discurso de posse do presidente eleito Lula, por meio de uma forte argumentação, integra um conjunto poderoso de interdiscursos que têm o efeito de repetir, de forma sistemática, os interesses de uma elite descontente com a presença da classe trabalhadora, representada pelo locutor Lula.

Ao compararmos os efeitos de sentido que emergem desse discurso analisado com a imagem do molusco lula¹², cheio de tentáculos, arriscamos a dizer que a cabeça da lula representa os interesses (a fome e a sede) de nossa elite, e os tentáculos do molusco representam, exceto um, a língua formalizada e instrumentada (poder/saber) que manipula todas as classes sociais. O único tentáculo pertencente à classe trabalhadora teria sido engolido por um tubarão faminto, representado pelos interesses econômicos dos E.U.A. e da União Européia, que reproduzem há séculos os ideais narcisistas de uma elite globalizante, que também tem fome incontrolável de manutenção do poder/saber por eles elaborados e distribuídos aos países de economia instável como é o caso do Brasil.

Chegamos às nossas considerações finais, alertando que nossas análises são limitadas e que podem ser ampliadas e revitalizadas, a partir de uma pesquisa que demande mais reflexão e encaminhamentos.

¹² Lula - [Do lat. lolligine > *lulin, o qual tomado como dim. deu lula.] s. f. 1. Zool. Molusco cefalópode, dibranquiado, decápode, loliginídeo (*Loligo brasiliensis*), do Atlântico, de coloração amarelada com manchas escarlates, podendo mudar de cor segundo o meio ambiente, corpo alongado, com nadadeiras triangulares do lado oposto à cabeça, provido de dez tentáculos com ventosas, dois dos quais são mais finos e alongados. Sua carne é muito estimada. (Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, 1995, p. 402).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo desta pesquisa que foi o de estudar o processo identitário do discurso de posse do presidente Lula, temos alguns encaminhamentos que merecem ser mencionados, na presente etapa.

O poder das palavras é enorme, especialmente o poder de *algumas* palavras, talvez poucas centenas, que encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como as nossas, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes. Se pensarmos em palavras como *progresso*, por exemplo, podemos constatar que exprimem certos conteúdos ideológicos cuja origem é historicamente identificável. *Progresso* é uma palavra relativamente recente cuja efetiva definição variou por meio das diferentes situações históricas pelas quais o país passou. Assim, se a forma das palavras ficou igual a si mesma, quantos foram os diferentes conteúdos a elas atribuídos?

Entre os termos identificados no texto referente ao discurso de posse de Lula, destacam-se, com relação ao histórico político brasileiro no período da ditadura os seguintes: *comando*; *confronto*; *regime militar* e *regime autoritário*. Cada um destes termos tem uma variação interpretativa de acordo com o contexto em que está sendo localizado discursivamente. No que concerne ao petista, que sempre foi tido como radical devido às suas posturas e declarações políticas, o enquadramento de *alianças* pode remeter a uma leitura pejorativa, de flexibilização excessiva do candidato, levando à possível transformação do Lula antes radical e inflexível, em uma marionete política no poder.

Uma estratégia ideológica evidente é a utilização de termos positivos e de boa aceitação pela população, como é o caso de *estabilidade* e *crescimento*. *Estabilidade* e *crescimento* são ânsias dos brasileiros, principalmente em uma situação de crise evidente, como a que o Brasil possuía em setembro de 2002. O índice de desemprego aumentava, assim como as taxas de juros. Proporcionalmente a isso, a valorização monetária decaía. Crescer e estabilizar-se após isso eram alguns dos maiores sonhos dos brasileiros.

Por meio das estratégias discursivas do locutor Lula, verifica-se a necessidade do sujeito do discurso provar que teria capacidade administrativa, que era um bom

mobilizador de massas. Mas poderia não ter capacitação e competência para administrar, tendo em vista a perspectiva de Serra, de acordo com o contexto discursivo da época, que havia provado ter conhecimento, habilidade e capacidade para cumprir com todas as exigências que se faz a um candidato.

O estudo desse discurso de posse foi fundamental, pois este se mostrou um espaço-tempo privilegiado para se entender a estratégia global do candidato eleito Lula, embora seja visível a sua limitação, tendo em vista que, mesmo num espaço sob seu controle, o locutor Lula também não pode falar como quiser, nem sobre o que quiser. Teve que se submeter a certas regras discursivas e, enfim, compreender os limites midiáticos e políticos deste espaço comunicacional.

Vale dizer que a noção de *formação discursiva* constituiu importante construto teórico que veio dar suporte às nossas análises, uma vez que é o lugar de constituição do sentido já que acreditamos que o sentido de um termo, de uma expressão, de uma proposição, da materialidade lingüística, enfim, não existe em si mesmo (BARONAS, 2005). Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo social e histórico em que esta materialidade lingüística é (re)produzida. Nessa direção, assumimos que as palavras, expressões, proposições etc., se transformam semanticamente segundo as posições ocupadas pelos que as empregam. Isso tudo equivale a dizer que a materialidade lingüística atinge seu sentido em referência a tais posições, em outros termos, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

É a partir dessa imbricação entre formulações e posições que vislumbramos a questão da construção da identidade e da memória do sujeito deste processo discursivo. Em contexto institucional o processo identitário de Lula aciona mecanismos de investigação e reflexão que consideram a complexidade das relações internas e externas à Instituição, no caso a Presidência da República do Brasil, isto é, os sentidos produzidos e as representações que emergem em diferentes manifestações discursivas.

Nesse sentido, encaminhamos, no nosso trabalho, duas instâncias: *a discursiva e a institucional*. Nesses dois campos que se mesclam, buscamos, a partir do discurso, a configuração do quadro ideológico ao qual as evidências discursivas estão vinculadas, procurando configurar um panorama acerca da memória oficial da Instituição. A natureza de nossa investigação nos levou a pensar: a) *no discurso como acontecimento*; expressão de um evento que tem lugar em determinado contexto e produzido por determinado(s) autor(es) e cujo funcionamento reflete a intencionalidade de quem o

produz (a posse de comandante da nação brasileira); b) *na Instituição*, como um espaço no qual o embate entre diferentes grupos concorre na formação de estratégias e procedimentos capazes de garantir a sua auto-regulação e sua identidade (estratégias a partir das formulações autorizadas e legitimadas). No caso, a instituição Presidência da República do Brasil constitui-se em uma rede complexa de relações que se estabelecem, não somente no aspecto legal, mas por meio de uma prática habitual, fundamentada em valores e normas adotadas pelo conjunto de atores que nela atuam.

É perceptível nessa postura a relevância que atribuímos aos aspectos sócio-histórico e simbólico no processo de produção do discurso, não sendo possível concebermos um estudo dessa natureza sem considerarmos as relações entre o plano institucional, discursivo, contextual e ideológico. Na base dessas relações, ousamos afirmar que articulamos a própria produção do discurso que implica o sujeito e a situação (contexto), enquanto o ideológico diz respeito à produção de sentidos e à interpretação que têm lugar em uma formação discursiva.

A partir dessas relações é que pudemos observar, no discurso analisado, a presença dos interdiscursos das ideologias: do Partido dos Trabalhadores, da classe trabalhadora, da elite esclarecida, da globalização e o da Igreja Católica, que se encontram presentes nessa materialidade lingüístico-discursiva, sendo também o alicerce dos efeitos de sentido construídos entre os interlocutores, a partir da materialidade lingüística “Fome zero” e “Ordem e progresso”, por exemplo.

É preciso lembrar que o interdiscurso fundador de 15 de novembro de 1889, que se encontra de forma implícita no discurso analisado, aponta o início da república liberal moderna capitalista no Brasil, que, por sua vez, nos remete ao interdiscurso das ideologias capitalistas burguesas, que direcionava as regras do que poderia ser dito, ou do que estava na *ordem dos discursos* liberais capitalistas. Assim, o interdiscurso da ideologia da globalização, que se encontra de forma explícita no discurso de posse do presidente Lula, orienta os dizeres desse sujeito do discurso e constrói um consistente fio argumentativo do discurso em questão.

Salientamos que os conceitos advindos da AD francesa foram cruciais para interpretar e descrever a linguagem estudada, não apenas de uma forma mecânica, funcional, estrutural, mas de forma a estudar a história, a ideologia, os interdiscursos, que se encontram presentes na materialidade dos discursos, numa permanente reflexão.

Dessa nossa reflexão, surgem muitas outras questões. Na tentativa de responder a tais inquietações, vimos que, a partir da idéia de interdiscurso, que tem como resultado a postulação do primado da alteridade, o sujeito do discurso em questão vai tornar-se um sujeito atravessado pelo inconsciente, o qual, ao construir seu dizer, incorpora alguns enunciados pré-construídos que provocam os *Esquecimentos 1 e 2* de que nos falam Pêcheux & Fuchs (1975, p. 21).

Alguns deles dizem respeito à grande rede interdiscursiva da ideologia da globalização que domina os discursos políticos dos presidentes dos *mundos* subdesenvolvido e desenvolvido, que estão presentes intradiscursivamente na materialidade do discurso do presidente Lula.

Por meio do seu dizer, o sujeito do discurso constrói, inconscientemente, efeitos de sentido em seu discurso que, certamente, irão indispô-lo junto aos que questionam seu poder centralizador. Isso vem comprovar que o discurso político não é objetivo, pois tais vozes, em determinados instantes se contradizem, em outros se completam, apesar de compartilharem do mesmo espaço discursivo.

Pudemos verificar que o sujeito do discurso está bastante disperso e fragmentado, trazendo vozes produtoras de efeitos de sentido na materialidade de seu discurso nem sempre pretendidos pelo locutor. Tais sentidos foram instaurados a partir das presenças das vozes do outro (enunciadores), vozes essas que o sujeito locutor acredita serem suas, visto ter a ilusão de que é a fonte e a origem do que enuncia.

Em relação ao gênero discurso político, é possível termos um enunciado abstrato: **X** (Lula) faz **Y** (cidadão) crer em **N** (suas palavras) para obter **Z** (apoio). Concordamos com Coracini (1991, p.41-45) quando afirma que, no discurso político, a intenção do homem público é persuadir o interlocutor, ultrapassando o nível da convicção, desejando atingir o nível da ação. No entanto, acreditamos que o homem público, ao dirigir-se ao seu ouvinte, confere à fala uma força persuasiva que instaura um processo argumentativo extremamente eficaz. E isso é realizado por meio do emprego de certas construções e imagens, que, embora planejadas, resvalam efeitos de sentido não desejados pelo locutor/interlocutor.

Partindo dessas afirmações, esperamos ter mostrado que o discurso político não é um discurso homogêneo, nem tampouco desprovido de subjetividade, desmitificando a idéia de discurso monótono. É um discurso povoado de discursos outros, como diria Bakhtin, marcado pelo *já-dito*, inscrito em uma instância discursiva que, ao tentar tolher sua subjetividade, instiga o sujeito a buscar formas de nomear-se no lingüístico, na

ordem da língua, mascarando sua presença, a fim de marcar sua identidade. Identidade esta que não se constitui sem a presença do outro.

Uma outra reflexão que aqui fazemos, a partir de uma perspectiva educacional, embora não tenha sido esse o nosso foco, é sobre a importância do discurso político para o exercício da cidadania, para que o aluno-leitor compreenda as diferentes posturas públicas e assuma uma posição que lhe permita contribuir para a construção da história de seu país e da sociedade em que se insere.

Como verificamos, este discurso é fortemente argumentativo, heterogêneo e se abre à disseminação de sentidos. Por isso, é necessário que as pessoas se preocupem, se posicionem de maneira mais crítica para a conscientização política, observando as falas dos homens públicos, notando o que está por detrás do que é dito ou até mesmo do não dito, para não serem enganadas por alguns deles. Importante ainda dizer que tais reflexões sobre o pronunciamento político vêm mostrar a relevância deste discurso como material alternativo para o ensino em língua materna no estudo do texto argumentativo/opinativo.

Tendo em vista que a Análise do Discurso de linha francesa, bem como a proposta dialógica de Bakhtin e os pressupostos de heterogeneidade e do processo identitário forneceram os subsídios teóricos para a análise em feita, constatamos que a heterogeneidade constitui, no pronunciamento político, um forte recurso de persuasão. Verificamos que, o que somos, nossas identidades sociais, são construídas por meio de nossas *práticas discursivas* com o outro: as pessoas têm suas identidades construídas de acordo com o modo por meio do qual se vinculam a um discurso - no seu próprio e nos discursos dos outros.

É possível verificar que o processo identitário, construído a partir do discurso de posse do presidente Lula, reflete o jogo das múltiplas identidades que o constituem e se determina nas relações do grupo com a sociedade. Nessa investigação, pudemos observar como as múltiplas identidades que o compõem interagem, pois é a partir das realizações discursivas, das interações entre os interlocutores/participantes, que os significados vão se construindo, que a rede de representações vai sendo percebida..

Por fim, acreditamos que, para analisar a materialidade discursiva em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso optar por três decisões às quais nosso pensamento ainda resiste um pouco, hoje em dia, e que correspondem aos três grupos de funções que acabamos de evocar: *questionar nossa vontade de verdade; restituir ao*

discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante
(FOUCAULT, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro*. São Paulo, Xamã Editora, 1998.
- ALMEIDA, Jorge. *Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e Xamã Editora, 2002.
- ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1993.
- BARONAS, R. L. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. In *Estudos Lingüísticos XXXIV*, Campinas: Editora UNICAMP, p. 732-737, 2005.
- BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In *Bakhtin*, Editora UNICAMP, 1997. p. 27-38.
- BRANDÃO, H. N. Subjetividade, representação e sentido. In *Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 33-45.
- CARDOSO, S. H. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.
- CORACINI, M. J. F. O discurso da lingüística aplicada e a questão da identidade: entre a modernidade e a pós-modernidade. In *O desejo da teoria e a contingência da prática. Discursos sobre/ na sala de aula*. Campinas: Ed. Mercado de Letras, 2003, p.97-116.
- _____. Análise do Discurso: em busca de uma metodologia. In *D.E. L. T. A.* São Paulo, PUC, volume 7, n1, p.33-355, 1991.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1967.

DICIONÁRIO AURÉLIO BÁSICO DE LÍNGUA PORTUGUESA, organizado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. São Paulo: Folha de São Paulo & Ed.Cortez, 1995.

FIORIN, J. L. Tendências da Análise do Discurso. In ORLANDI E. P. & GERALDI J.W. (orgs.) *Cadernos de Estudos Lingüísticos n. 19 O Discurso e suas análises*. Campinas: Ed.UNICAMP/IEL, 1990, p. 173-179.

FOLHA DE SÃO PAULO, exemplar do dia 02 de janeiro de 2003 que traz o discurso de posse do Presidente Lula.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Ed.Forense Universitária, 1993.

_____*A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

GORE, J. M. Foucault e Educação: fascinantes desafios. In *Sujeito da Educação*, organizado por Tomaz Tadeu da SILVA, Petrópolis: Ed. Vozes, 1994, p. 09-20.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. São Paulo, Ed.Civilização Brasileira, 1978.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do Discurso: os sentidos e suas movências. In *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Organizado por M. do Rosário Gregolin, M. Fátima Cruvinel e Marisa G. Khalil. Araraquara: Ed. Cultura Acadêmica, 2001, p. 09-36.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*, São Paulo: Ed. Brasiliense. Volume 322.1967.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes Editora, 1998.

MATTOS, Maria Augusta B. *Dispersão e memória no cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1998.

ORLANDI, E. P. *História das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes Editora, 2001a.

_____*Discurso Fundador*. Campinas: Pontes Editora, 2001b.

_____*ORLANDI E. P. et al. Terra à Vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Ed.Cortez, 1990.

_____*A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. 2ª edição. Campinas: Pontes Editora, 1987.

_____*Análise do Discurso: algumas considerações*. In *DELTA*, volume 2, n. 1, São Paulo: Ed.PUC/SP, 1986, p. 34-46.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

_____*Análise Automática do Discurso*. In *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990, p. 61-87.

_____*A Análise do Discurso: três épocas*. In Gadet e Hak. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora UNICAMP, 1993, p. 311-319.

_____*O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editora, 1997.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. Mises au Point et Perspectives à Propos de L'Analyse Automatique du Discours. In *Langages n. 37*. Paris: Ed.Larousse, 1975.

PILETTI, N. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

RENAN, E. O que é uma nação?. IN: ROUANET, M.H. (org.). *Caderno da Pós/Letras*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 1997.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Mídia e Política no Brasil*, João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

ANEXO

DISCURSO DE POSSE - CONGRESSO

Luiz Inácio Lula da Silva - 01/Janeiro/2003

“Mudança”; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. (Parágrafo 1)

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos. (Parágrafo 2)

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um roubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro. (Parágrafo 3)

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança. (Parágrafo 4)

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. (Parágrafo 5)

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos. Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praiieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo. (Parágrafo 6)

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. Essa é uma história antiga. (Parágrafo 7)

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. (Parágrafo 8)

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. (Parágrafo 9)

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. (Parágrafo 10)

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. (Parágrafo 11)

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano. (Parágrafo 12)

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. (Parágrafo 13)

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. (Parágrafo 14)

Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira

reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça. (Parágrafo 15)

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo. (Parágrafo 16)

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular. O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência. (Parágrafo 17)

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma,

uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileirobrasileiras. (Parágrafo 18)

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós. Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. (Parágrafo 19)

O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia. Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor. O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se

impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro. (Parágrafo 20)

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. As negociações comerciais são hoje de importância vital. (Parágrafo 21)

Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. (Parágrafo 22)

Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições

inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento (Parágrafo 23).

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. (Parágrafo 24)

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina. Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto

a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. (Parágrafo 25)

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. e manifestações do plenário. (Parágrafo 26)

Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes. (Parágrafo 27)

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental. (Parágrafo 28)

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado. (Parágrafo 29)

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos. (Parágrafo 30)

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública

muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, o bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença. (Parágrafo 31)

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos, devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera, porque o Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar sobretudo consigo mesmo, terá de pensar com a sua cabeça, andar com as suas próprias pernas, ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo (Parágrafo 32).

Cada um de nós brasileiros sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais (Parágrafo 33).

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo com nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. Este é um País que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo. O que

nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.. Agradeço a Deus por chegar até onde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. (Parágrafo 34)

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos 4 anos. Viva o povo brasileiro! (Parágrafo 35)

Brasília, 01 de Janeiro de 2003

*Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente eleito da
República Federativa do Brasil*

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.